UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
VINICIUS ARIEL DE LIMA CUSTÓDIO

A CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO E A INSERÇÃO DO BRASIL

Florianópolis
2017

VINÍCIUS ARIEL DE LIMA CUSTÓDIO

A CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO E A INSERÇÃO DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Graciella Martignago, Dra

Florianópolis

2017

VINÍCIUS ARIEL DE LIMA CUSTÓDIO

A CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO E A INSERÇÃO DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Florianópolis, 29 de Junho de 2017.

Professora e orientadora Graciella Martignago, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Profa. Rejane Roecker, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Profa. Beatrice Mayer, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais pelo apoio incondicional e motivação para começar e concluir esta jornada, também pela presença e força ao longo dela, assim como em todas as jornadas da minha vida.

Aos amigos, pelas memórias proporcionadas, risos e convívio que fizeram desta uma etapa de diversão, ao invés de um fardo.

À minha orientadora, professora Graciella, pela disponibilidade, pelo auxílio e discussões proporcionadas fazendo com que a conclusão do trabalho se desse de uma maneira muito positiva.

À coordenadora e professores do curso de Relações Internacionais, pelo aprendizado, incentivo e confiança ao longo do curso.

Aos colegas da empresa Braincorp Representação Comercial, que, ao longo dos anos proporcionaram conhecimento e desafios que culminaram nessa pesquisa, assim como pela compreensão durante a realização do trabalho e suporte.

Por fim, agradeço a todos que de qualquer forma ajudaram na construção deste trabalho.

RESUMO

O trigo é um dos alimentos mais tradicionais da história da humanidade e tem fundamental importância na segurança alimentar das populações ao redor do mundo até os dias atuais. O Brasil, apesar de ser uma potência mundial na produção de alimentos, importa grande parte de sua demanda interna de trigo. Esta pesquisa investiga a cadeia global de valor do trigo, suas origens, estruturas e características, seus principais componentes, os principais países envolvidos e suas políticas comerciais relevantes para identificar o posicionamento brasileiro na cadeia. A partir de uma pesquisa qualitativa, argumenta-se que o mercado internacional de trigo tem concentração em grandes produtores e exportadores, que mantem políticas de apoio à produção doméstica e subsídios às exportações, o que distorce os preços internacionais e diminui a competitividade e acessibilidade de países que não tem vantagens ou não são especificados na produção desse grão. Frente a isso, acordos regionais e regulamentações multilaterais de liberalização e facilitação do comércio internacional surgem como instrumentos de estabilização e diminuição de distorções entre os países na cadeia. O Brasil deverá se empenhar em diminuir a incompatibilidade qualitativa de parte de sua produção à exigência da indústria doméstica e investir em infraestrutura de escoamento da produção para os centros consumidores a fim de reduzir sua vulnerabilidade, como grande importador, em relação às incertezas do mercado internacional.

Palavras-chave: Trigo. Cadeia Global de Valor. Brasil.

ABSTRACT

Wheat is one of the most traditional foods in human history and it has a fundamental importance to food security of all people around the world until our current days. Brazil, despite being a global power on food production, imports a great part of its own domestic wheat demand. This research investigates the wheat global value chain, its origins, structures and characteristics, its main elements, the major countries involved and its trade policies relevant to identify the Brazilian position among the chain. From a qualitative research, it argues that the international wheat market is concentrated on big producers and exporters that maintain policies for support of domestic production and subsidies to exports, which distort international prices and diminishes competitiveness and accessibility of countries that do not have advantages or are specified on wheat production. In face of this situation, regional agreements and multilateral regulations to liberalize and facilitate international trade arise as instruments to stabilize and reduce distortions between countries of the chain. Brazil must put effort to shorten the incompatibility between its domestic wheat and the industries demands, and invest on infrastructure of outflow of its production to consumer centers, in order to reduce its vulnerability as a global importer in face of the international market uncertainties.

Keywords: Wheat. Global Value Chain. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção Mundial de Trigo 36
Tabela 2 - Consumo Mundial de Trigo 37
Tabela 3 - Principais exportadores mundiais de trigo 38
Tabela 4 - Principais importadores mundiais de trigo 38
Tabela 5 - Estimativa de Moinhos em atividade no Brasil 2016 41
Tabela 6 - Suprimento e uso de trigo em grão no Brasil 56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Como funciona a cadeia de valor 21
Figura 2 - Curva sorriso, atividades na cadeia de valor 21
Figura 3 - Cadeia global de valor do trigo 39
Figura 4 - Logística de escoamento da produção de trigo – safra 2015/16 54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos três regimes alimentares 34
Quadro 2 - Maiores empresas da cadeia de valor do trigo 42

LISTA DE SIGLAS

ABIMAQ – Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos

ABIMAPI – Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados.

ABITRIGO – Associação Brasileira da Indústria do Trigo

APC – Acordo Preferencial de Comércio

ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário

CBOT – Chicago Board of Trade

CGV – Cadeia Global de Valor

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

GAFTA – Grain and Feed Trade Association

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

KCBT – Kansas City Board of Trade

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – North American Free Trade Agreement

NCM – Nomenclatura Comum do MERCOSUL

NMF – Nação Mais Favorecida

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

USDA – United States Department of Agriculture

TEC – Tarifa Externa Comum

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 A GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO, O SURGIMENTO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E A INTERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS. 16
2.1 GLOBALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO 16
2.2 CADEIAS GLOBAIS DE VALOR 19
2.3 AMBIENTE INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS COMERCIAIS 23
2.4 TRATADOS INTERNACIONAIS 27
3 ANÁLISE DA CADEIA DO TRIGO E DO POSICIONAMENTO BRASILEIRO 31
3.1 A CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO, SUAS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS 31
3.1.1 História e uso do trigo 32
3.1.2 Governança e regimes alimentares 33
3.1.3 Principais produtores, consumidores, exportadores e importadores de trigo 35
3.1.4 Dinâmicas da cadeia global de valor do trigo e principais empresas 39
3.2 AS POLÍTICAS COMERCIAIS DOS PAÍSES E OS IMPACTOS NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO 43
3.2.1 Subsídios à produção doméstica 43
3.2.2 Protecionismo e medidas tarifárias 45
3.2.3 Medidas não-tarifárias 47
3.2.4 Negociações multilaterais de liberalização comercial agrícola 48
3.2.5 A crise global de alimentos de 2007 e seus reflexos nas políticas comerciais nacionais desde então 50
3.3 A POSIÇÃO BRASILEIRA NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO 53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 58
REFERÊNCIAS 61

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução é apresentado o tema do projeto e o contexto que o envolve, culminando em sua pergunta de pesquisa. Em seguida, é abordado tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos de pesquisa, além de ser exposta e descrita a justificativa para escolha deste tema de pesquisa. Por último, são apresentados os aspectos metodológicos que serviram de alicerce para a construção da pesquisa.

O processo de globalização é um dos temas mais abordados atualmente em diversos âmbitos e esferas, seja ambientalmente, socialmente, tecnologicamente, economicamente ou politicamente, devido ao enorme impacto causado na realidade do homem contemporâneo.

Para Scholte (2002) a globalização pode ser vista sob uma perspectiva de propagação de conexões transnacionais entre pessoas, o que envolve quebra de barreiras e diminuição das distâncias entre diferentes povos e territórios, transformações espaciais foram geradas e impulsionadas. Held e McGrew (2007) observam que a globalização pode ser enxergada não somente como um crescimento na interdependência de alguns países entre si, mas também em uma mudança estrutural na organização das relações humanas, ao sair da organização tradicional de Estados segregados e formar um novo espaço global compartilhado. Além disso, os transportes e as transmissões de informações via rede constituíram duas áreas de avanços tecnológicos específicos que aumentaram as conexões e diminuíram as distâncias ao redor do globo e contribuíram para a consolidação deste fenômeno (BALDWIN, 2012).

No âmbito econômico, o mundo se tornou cada vez mais conectado e interdependente entre seus diversos Estados e setores produtivos, comerciais e financeiros. Dupas (2005) nota a tendência atual, permitida pela tecnologia da informação, de amplas possibilidades de fragmentação da produção ao redor do globo, devido às corporações buscarem terceirizar certas atividades e as dispersar geograficamente por menores custos em países em desenvolvimento, além de ampliar lucros e seus mercados consumidores. Isso provoca, segundo Baldwin (2012), uma oportunidade para diversos países participarem da cadeia de suprimento mundial de acordo com suas características e vantagens competitivas no cenário internacional globalizado, ao invés de desenvolver sua própria cadeia produtiva ao longo de décadas. Ou seja, esse fenômeno resultou nas chamadas cadeias globais de valor, movimento horizontal e fragmentado de produção e manufatura de produtos. Kowalski et al (2015), porém, argumenta que as cadeias globais de valor são muito competitivas e a

capacidade de extração do potencial econômico benéfico por um país depende muito de sua infraestrutura de transportes, nível de capital humano, disponibilidade de crédito, ambiente corporativo, além de abertura ao comércio internacional e fluxos de investimentos estrangeiros diretos.

Segundo estudo de Ferreira e Schneider (2015), sobre a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, pôde-se concluir com base em análise empírica de 2000 a 2014, que o país tem grande representatividade no comércio internacional somente se considerado o fornecimento de insumos básicos. Os importadores da maior parte da pauta exportadora brasileira processam esses insumos para exportarem produtos semi ou manufaturados posteriormente, adicionando valor agregado aos produtos da cadeia. A participação brasileira nas cadeias globais de valor dá-se, predominantemente, por fornecimento de recursos naturais, principalmente minérios, alimentos e metais básicos.

Mesmo com enorme produção agrícola e redistribuição desta para o exterior, o Brasil possui um mercado no qual se posiciona de forma diferente: o mercado do trigo, insumo essencial na saúde alimentar da população. O Brasil foi o décimo primeiro maior consumidor de trigo do mundo nas últimas duas safras (2014/15 e 2015/16), com 10,70 e 11,10 milhões de toneladas respectivamente. Esta demanda interna, no entanto, não é atendida pela produção interna. Nos últimos dois anos safra, a produção interna foi de 6,0 e 5,54 milhões de toneladas, respectivamente, segundo dados da ABITRIGO (Associação Brasileira da Indústria do Trigo). Portanto, o Brasil importa praticamente metade de sua demanda interna de trigo.

O mercado global de trigo é amplo e movimenta um volume expressivo. Na última safra, de 2015/16, a produção mundial atingiu 736,99 milhões de toneladas e a safra de 2016/17 é estimada em 753,09 milhões, aumento de 2,18% (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO, 2017). Alguns países como Estados Unidos, Canadá e Argentina se especializaram na produção do grão. Pequenos produtores regionais como Uruguai e Paraguai também surgem como opções de fornecimento para o consumo brasileiro. O Brasil vem diversificando suas origens de suprimento devido aos impactos causados por políticas comerciais de seus parceiros e de acordos internacionais (FERREIRA, 2017).

Frente a esse contexto, a pesquisa pergunta: **quais são os efeitos das políticas comerciais dos principais produtores na cadeia de valor do trigo, além dos impactos dos acordos internacionais relevantes ao tema, para a posição brasileira?**

Sendo assim, foi estabelecido como objetivo geral da pesquisa analisar como a cadeia de valor do trigo e o posicionamento brasileiro nesta cadeia são afetados pelo ambiente institucional comercial internacional.

Para que esse objetivo geral seja alcançado, foram derivados três objetivos específicos a fim de traçar um caminho lógico e preciso para responder o questionamento da pesquisa:

a) Apresentar a cadeia global de valor do trigo e suas características.
b) Descrever as políticas comerciais praticadas pelos principais países envolvidos na cadeia global de valor do trigo.
c) Identificar o posicionamento brasileiro e o impacto das políticas comerciais e dos acordos internacionais para o mercado de trigo no Brasil.

A pesquisa se justifica ao contribuir para a constante construção intelectual e técnica da academia brasileira, pois envolve o mapeamento de uma cadeia que não tem tanto destaque nos debates públicos brasileiros, mas é de extrema importância para o cotidiano da população.

Diante do processo de globalização e quebra de barreiras comerciais entre os Estados ao longo das últimas décadas, o comércio internacional representa, entre outras coisas, uma redistribuição dos recursos naturais espalhados pelo mundo, realizado de forma desequilibrada. De acordo com suas condições geológicas, climáticas, econômicas, tecnológicas e políticas, os Estados se especializam na produção de certos tipos de produtos que possuam disposições favoráveis ao fortalecimento de sua competitividade internacional e que acabam por facilitar a inserção destes produtos nacionais em uma cadeia de valor globalizada. Os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento são tradicionais produtores de produtos básicos e *commodities*, como alimentos e minerais, devido às suas condições tecnológicas estarem abaixo das dos países desenvolvidos, que compram suas matérias primas para desenvolver produtos de maior valor agregado.

O mercado internacional do agronegócio representa então, uma redistribuição de alimentos pelo mundo, essenciais à vida e à saúde humana. Torna-se, desta forma, uma pauta fundamental para a política comercial de todo Estado, visto que se trata de uma necessidade primária de sua população: a alimentação.

O trigo, neste aspecto, se consolida como grande elemento da saúde alimentar de uma nação, pois além do insumo constar nas pastas de exportação e importação dos países, é

um dos mais importantes e completos cereais, fonte de fibras, proteínas e energia, é tradicionalmente conhecido por matar a fome em muitos lugares do mundo ao longo da história, por ser fonte para produção de diversos alimentos como o pão e massas.

O Brasil é o quinto país do mundo territorialmente e em número de pessoas, e, mesmo que sua densidade demográfica seja baixa, há uma gigantesca população a ser alimentada. Além disso, o agronegócio é um dos maiores mercados nacionais, fazendo jus à identidade atribuída ao país de exportador de *commodities*. Porém, como abordado anteriormente, o Brasil não é um dos maiores exportadores, mas sim um dos maiores importadores de trigo do mundo, ao trazer de fora das suas fronteiras praticamente a metade de sua demanda interna, ou seja, o país produz somente metade de sua demanda anual, aproximadamente.

Parte desta insuficiência produtiva brasileira pode ser explicada pela triticultura ser uma cultura de inverno e a maior parte do extenso território nacional não possuir condições propícias para este cultivo. Assim, o Paraná e Rio Grande do Sul, estados da região Sul, que é mais fria, são os dois maiores produtores nacionais de trigo. Como consequência, o trigo apresenta baixo rendimento e competitividade quando comparado com as culturas de verão mais tradicionais no país, como milho e soja.

Como o Brasil é dependente do mercado externo, por conseguinte, tornou-se suscetível às oscilações cambiais e outros fatores intrínsecos ao comércio internacional como às variações de preços do petróleo, que se reflete na volatilidade dos preços de transporte e logística, além das políticas e acordos comerciais desenvolvidos com outros países ao redor do globo. O problema disso reside no fato de que essa dependência externa é refletida posteriormente no mercado interno e nos preços de diversos alimentos básicos que compõem a alimentação habitual brasileira, o que por sua vez impacta na inflação. Logo, as negociações internacionais, sejam mediante acordos que objetivam formar mercados comuns, sejam acordos bilaterais, tem expressivo impacto no fornecimento de um insumo fundamental para a população brasileira.

Logo, a temática abordada nessa pesquisa integra interesses de entidades governamentais, corporativas e acadêmicas. O papel do estudante e pesquisador, assim como de, trabalhadores e cidadãos é aprimorar este laço e a comunicação entre os entes para o desenvolvimento nacional como um todo através de políticas alicerceadas em conhecimento estratégico.

O estudo limita-se a analisar dados secundários e que enfocam a influência dos acordos internacionais na cadeia de valor global do trigo. Uma análise mais ampla da cadeia

global de valor deste grão pode ser desenvolvida em estudos posteriores que explorem a estrutura de mercado produtor de alimentos processados, como a moagem, a concentração da estrutura comercial do trigo no mercado internacional, assim como a capacidade de importação e produção de produtos finais e que possuem o trigo como insumo, fatores importantes de análise que foram indicados nessa pesquisa.

Referente à classificação metodológica da pesquisa, esta almeja a geração de novos conhecimentos para compreensão de cenário e de aplicação prática, sendo então classificada como pesquisa aplicada.

Quanto à sua forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa, visto que se propõe a explorar e entender um fenômeno. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), o pesquisador que utiliza o método qualitativo se propõe a explicar a razão das coisas através de várias abordagens.

O tipo da pesquisa pode ser classificado como descritivo, pois descreve o fenômeno em estudo, além de ser também exploratória, visto que após caracterização da problemática, visa investigar fatores contribuintes e determinantes que possam dar base de sustentação para uma futura formulação de hipóteses acerca da resposta à pergunta de pesquisa (GIL, 2002).

Em relação à coleta e análise de dados, esta pesquisa é bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2002), o desenvolvimento de ambas as pesquisas são semelhantes, mas diferem na natureza de suas fontes, enquanto a bibliográfica se utiliza de contribuições de autores sobre a temática, a documental se refere a materiais que ainda não foram analisados. A respeito do material de pesquisa documental, foram investigados documentos provenientes de órgãos nacionais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e a ABITRIGO (Associação Brasileira da Indústria do Trigo), além de outros estrangeiros como o USDA (United States Department of Agriculture) e o Global Trade Alert, site (coordenado pelo londrino Centre for Economic Policy Research) de monitoramento de políticas públicas que afetam o comércio internacional. Além disso, foram usados estudos de outros autores acerca do tema proposto, assim como de publicações em revistas e jornais.

2 A GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO, O SURGIMENTO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E A INTERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS.

De forma a explorar conceitos e fenômenos sociais, econômicos e políticos que se são de essencial importância para a análise que esta pesquisa se propõe, este capítulo é dividido em quatro subcapítulos para um referencial teórico: globalização e suas implicações nos fatores de produção mundiais; o surgimento e consolidação das cadeias globais de valor; as políticas comerciais dos governos nacionais e os tratados internacionais e seus impactos nas cadeias globais de valor.

2.1 GLOBALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O fenômeno contemporâneo da globalização é amplamente discutido internacionalmente devido às transformações que ocorreram nas sociedades com o desenvolvimento tecnológico, que impulsionou a conectividade global em todos os âmbitos. Esta seção deste capítulo destina-se a apresentar visões e abordagens da literatura sobre o tema e seus impactos nas dinâmicas das relações do mundo atual.

A evolução do homem pode ser caracterizada, segundo Santos (2000), pelo desenvolvimento de suas técnicas. A cada evolução técnica, ou de um sistema técnico, marca-se uma nova etapa histórica. A marca de nossa época, por exemplo, é o sistema de técnicas da informação, através do desenvolvimento informático, eletrônico e cibernético, que serviu como base para a consolidação do fenômeno da globalização, visto que revolucionou o uso do tempo, ao permitir a convergência de momentos, assegurando a simultaneidade das ações.

O início da caracterização do mundo como globalizado, para alguns autores como Benayon (1998), se dá no início das navegações europeias, nos séculos XV e XVI, com a expansão mercantil que estabeleceu novas dinâmicas políticas e abriu novos mercados, e gerou mudanças econômicas, comerciais e sociais através das colonizações. Magnoli (2003) concorda e reflete que este movimento configurou pela primeira vez na cabeça dos homens a imagem do mundo como um globo, além do mercantilismo ter proporcionado a formação primitiva de uma economia mundial. Outros, como Baldwin (2012), argumentam que a era da globalização teve início com a evolução tecnológica nos transportes e comunicação, iniciados com o advento do vapor, que posteriormente possibilitou a separação de produção e consumo espacialmente. Santos (2000) também explica que no século XVIII, o sistema técnico das máquinas inicia a mudança da forma com que nos relacionamos, pois proporciona ao homem

menor esforço na produção, no transporte e nas comunicações, o que altera as relações entre sociedades e indivíduos. Além disso, ele cita que, simultaneamente, esta evolução reforçou o capitalismo e a condição técnica na vida social individual, ao enxergar o homem como um valor a ser considerado e estabelecer a possibilidade do enriquecimento moral do indivíduo.

O processo de globalização e das novas relações globais, no entanto, não é equilibrado ou igualitário, como aborda Scholte (2002). Segundo o autor, as relações internacionais se espalharam diferentemente entre certas regiões e setores sociais, o que torna a experiência de globalidade diferente dependendo da perspectiva local. Além disso, o processo é político e tornou alguns mais poderosos e outros mais fracos. Santos (2000) complementa que no mundo globalizado, os atores mais poderosos adquirem os territórios mais estratégicos e utilizam os sistemas de técnicas mais avançados, enquanto os mais fracos não possuem tais possibilidades, o que os torna menos importantes no período histórico em questão. No século XIX, de acordo com Magnoli (2003), os investimentos internacionais fortaleceram a dependência entre exportadores de produtos básicos aos mercados das potências industriais. O próprio espaço geográfico dos primeiros teve sua estruturação realizada de acordo com as necessidades dos segundos, como com a construção de infraestruturas de escoamento da produção para exportação para o mercado consumidor internacional. Esta etapa precedeu o fluxo inverso que viria posteriormente, de exportação de produtos industrializados para os países em desenvolvimento.

No entanto, Santos (2000) também destaca que, pela primeira vez na história, um sistema de técnicas é, ao menos, sentido e percebido em todo o mundo, direta ou indiretamente, especialmente a partir do século XX, como por exemplo, através da capitalização mundial e do estabelecimento de uma finança universal, o que, segundo o autor, é a principal razão da construção de uma *mais-valia* em escala global, que, por sua vez, determina o comportamento dos atores neste sistema:

> Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador de seu paroxismo, já que a identidade dos atores, até então mais ou menos visível, agora finalmente aparece aos olhos de todos (SANTOS, 2000, p. 23).

A alteração no comportamento dos atores internacionais, antes com base na concorrência e posteriormente em uma competividade radical, é ilustrada pelo próprio autor a partir de meados do século XIX, quando a ordem internacional era produzida pela política dos Estados imperiais, que regulavam sua produção e de suas colônias, o fluxo comercial destas com o exterior, de pessoas, o valor do dinheiro, etc. Esta época, segundo Santos (2000), o mundo vivia na lentidão, onde as velocidades próprias e características de cada agente divergiam, mas não eram incompatíveis entre si, pois a política e as regulamentações compensavam as assimetrias técnicas e financeiras, assegurando a ordem. Contudo, o mundo transformou-se através da tecnologia da informação e hoje vivemos em um mundo da rapidez e da fluidez, onde poucos são os detentores (e determinadores) da fluidez potencial. Estes agentes, então, criaram incompatibilidades e induziram os outros a fazer de tudo para alcançá-los, o que alterou a natureza do comportamento dos mesmos, para a competitividade mais radical (SANTOS, 2000).

Com o desenvolvimento siderúrgico, elétrico e de combustão, surgiu a indústria automobilística, que segundo Magnoli (2003), tornou-se o principal ramo econômico mundial no século XX. Na década de 1920, Henry Ford revolucionou a organização do trabalho fabril com especializações repetitivas, a fim de se adaptar às necessidades da expansão da produtividade e do consumo. Kucinski (1981) diz que após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, nasceu o período de maior expansão do sistema capitalista, capitaneado por corporações transnacionais, substituindo então, o papel do Estado na internacionalização do capitalismo. Magnoli (2003) observa que com a descolonização da África e Ásia, aliados à modernização das economias latino-americanas, permitiu-se a expansão das corporações transnacionais e da economia industrial. Tal protagonismo é ilustrado pelas Nações Unidas em 1971, quando uma comissão especial estimou o valor dos papéis das corporações transnacionais em 1/5 de toda a produção mundial. Devido aos seus volumes exorbitantes, argumenta Kucinski (1981), essas corporações tornaram-se mais poderosas que governos ao cortar fronteiras com capital e tecnologia na otimização de mercados, recursos naturais e políticos em escala mundial.

Para complementar essa tendência de expansão dos padrões de produção e consumo das corporações, Scholte (2002) se atenta ao fato que as autoridades políticas reduziram suas barreiras tarifárias, regulatórias, restrições de fluxos de capital, etc. Essas medidas, de acordo com Held e McGrew (2007), foram tomadas através de densas redes e fóruns internacionais de política, incluindo o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), que posteriormente veio a se transformar na OMC, que define a natureza e a estrutura regulatória e normativa da operação do comércio no mercado global. Desta forma, segundo os

autores, o cenário internacional do comércio foi formado não somente através da atuação das corporações transnacionais e suas práticas determinantes, mas também por parte devido à atuação regulatória de órgãos multilaterais.

O movimento neoliberal, que ganhou força na segunda metade do século XX, foi um fator significante para a facilitação da globalização, através de suas sugestões de políticas macroeconômicas de privatizações, desregulamentações e segurança fiscal (SCHOLTE, 2002). As corporações transnacionais, segundo Magnoli (2003), observaram a disponibilidade rica de recursos naturais em locais geograficamente estratégicos, outros com baixos custos de produção, além de legislações nacionais ambientais frouxas, que possibilitavam que tais vantagens comparativas fossem transformadas em lucro, principalmente através de parcerias com países cujos governos garantiam estabilidade política e abertura comercial.

Portanto, as corporações encontraram na fragmentação e terceirização da produção a alternativa ideal para obtenção de menores custos e maiores margens de lucro. Este fenômeno é abordado no próximo subcapítulo deste referencial teórico.

2.2 CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Neste segundo subcapítulo teórico são tratados conceitos, abordagens e estruturas analíticas das Cadeias Globais de Valor (CGV), que servem de base para a pesquisa e estudo sobre a inserção e grau de participação da indústria brasileira do trigo na cadeia produtiva desta *commodity*, seus usos e produtos derivados.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento de algumas variáveis moldou e transformou o modo com que produzimos e consumimos bens e serviços globalmente (FERREIRA; SCHNEIDER, 2015). Com o forte crescimento da demanda mundial, aumento das influências neoliberais, abertura econômica dos países aliada ao desenvolvimento tecnológico que possibilitou a integração internacional, possibilitou-se a expansão e fragmentação da produção em massa, movimento liderado por corporações transnacionais que desejavam ampliar seus mercados, de modo a operar em maiores escalas e com menores custos. Essas empresas transnacionais perceberam que poderiam manter suas competências chave e terceirizar outras atividades, geralmente situadas no exterior. Ferreira e Schneider (2015) observam que, mesmo com as distâncias intactas, a circulação de mercadorias foi facilitada pelo desenvolvimento da automação, a utilização de contêineres e maior

intermodalidade nos transportes. Reformas regulatórias no setor de transportes e infraestrutura, como na aviação, também contribuíram para a queda dos custos.

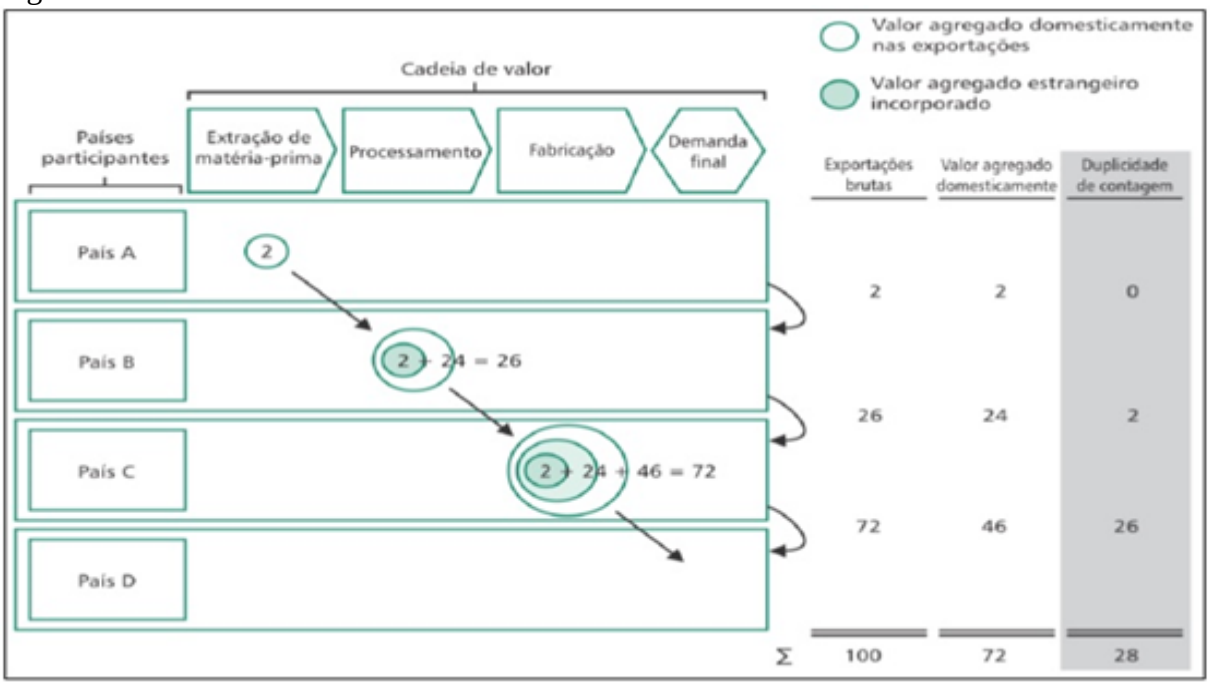
Como resultado deste fenômeno, explica Carneiro (2015), a identificação do ator produtor de um bem fica mais difusa e expressões como "*Made in China*" não se aplicam. Neste contexto globalizado, estas atividades produtivas são realizadas, geralmente, por redes intraindustriais em escala global, ou seja, há uma estrutura de governança que arbitra o funcionamento destas cadeias.

A análise das cadeias globais de valor descreve o alcance e a ligação entre atividades dispersas geograficamente que constituem toda a fase produtiva de um bem, desde sua concepção, design, produção e consumo final, até serviços de pós-venda. A estrutura analítica possibilita o rastreamento de alterações nos padrões produtivos internacionais, a observação das conexões entre atividades e atores dispersos geograficamente, além de poder determinar a importância de países desenvolvidos e emergentes nas cadeias. Isto se dá através do foco na verificação de variáveis como funções de postos de trabalho, desenvolvimento de tecnologias, padrões, regulamentações, processos, produtos e mercados em específicos locais, o que então proporciona uma observação holística de indústrias globais tanto de cima para baixo, ao examinar como empresas líderes administram suas redes de suprimento globais, quanto de baixo para cima, ao analisar como as decisões de cima afetam a trajetória socioeconômica de regiões e países específicos (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011).

Posto isso, analisar o comércio internacional atual somente com dados brutos de importações e exportações já não apresenta eficiência para compreensão das tendências globais e superestima o valor total do comércio. Desta forma, a compilação e utilização de estatísticas de comércio exterior estão tendo foco na produção de dados de comércio com valor agregado (VA), visto que os insumos cruzam as fronteiras para processamentos e incorporações em novos produtos, o que pode gerar uma múltipla contagem (CARNEIRO, 2015).

Os processos de agregação de valor em diferentes etapas produtivas, desde a extração de matérias primas até os processamentos, podem ser ilustrados simplificadamente conforme a Figura 1 (FERREIRA; SCHNEIDER, 2015, p. 109):

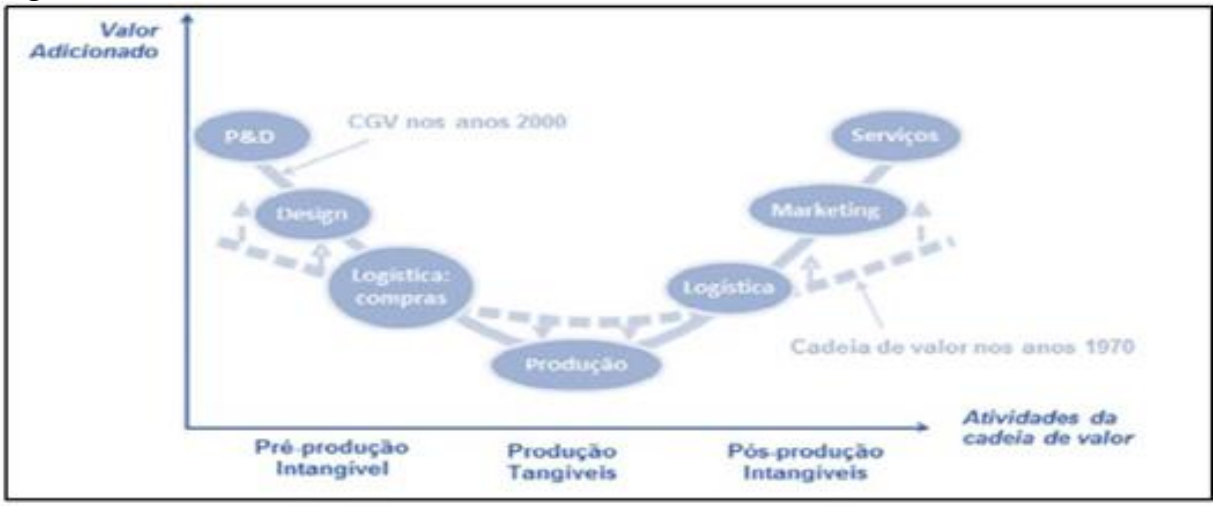
Figura 1 - Como funciona a cadeia de valor



Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento apud Ferreira e Schneider (2015).

É de suma importância identificar quais tipos de atividades são geradoras de mais valor agregado na cadeia de valor. Conforme mostra a figura abaixo, a curva sorriso é utilizada para demonstrar que no ciclo produtivo as atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e serviços agregam mais valor para o produto, ao contrário da produção em si (FERREIRA; SCHNEIDER, 2015, p. 111).

Figura 2 - Curva sorriso, atividades na cadeia de valor



Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico/Organização Mundial do Comércio apud Ferreira e Schneider (2015).

A metodologia de análise das cadeias globais de valor, segundo Gereffi e Fernandez-Stark (2011) possui quatro dimensões.

Primeiramente, considera-se a estrutura de entrada e saída, que é o processo representativo da concepção de um produto até seu consumo final, em segmentos variados de indústria para indústria, mas que incluem pesquisa, design, entrada, produção, marketing, distribuição e vendas, como atividades geradoras de valor agregado. Faz-se necessário o estudo da evolução da indústria em questão, as tendências que a formaram e suas organizações para entendimento da cadeia e das contribuições e retornos para os diferentes atores que a compõem. As características desses atores também devem estar identificadas, como, por exemplo, se são globais ou domésticos; estatais ou privados; pequenos, médios ou grandes, para compreensão precisa da governança presente. (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011)

O escopo geográfico é analisado em segundo lugar. A dispersão geográfica da produção foi motivada pela busca de maior competitividade de cada setor da cadeia, o que leva países a alavancarem a competitividade e especialização de suas indústrias com ativos. Geralmente, países em desenvolvimento oferecem mão de obra a baixo custo e matérias primas, enquanto países desenvolvidos com educação de qualidade se responsabilizam pela pesquisa e design. A análise geográfica consiste na identificação das empresas líderes em cada segmento, através de dados secundários, entrevistas com especialistas e publicações industriais. Ao estudar as contribuições de diferentes países na cadeia através de suas empresas líderes em segmentos da cadeia, consegue-se identificar a posição desses países nas cadeias. A inserção e integração de países em cadeias globais requerem abertura econômica, ambiente favorável de negócios e políticas transparentes. (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011)

No entanto, a atuação dos países na cadeia é diretamente influenciada pela dinâmica de governança da mesma. A análise de governança se propõe a compreender como uma cadeia é controlada e coordenada de acordo com relações de poder e autoridade que determinam como a alocação financeira, material e de recursos humanos se dá dentro de uma cadeia. As cadeias podem ser determinantes pelo lado dos grandes compradores, que possuem grande poder de persuasão e estabelecem padrões e protocolos a serem seguidos pelos fornecedores, caso da cadeia global de *commodities*. Por outro lado, as cadeias também podem ser impulsionadas pelos produtores, e tendem a ser mais verticalizadas. A compreensão precisa das estruturas de governança de uma cadeia facilita o processo de entrada e evolução dentro da mesma. (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011)

Por fim, há o contexto institucional do qual através de sua análise proporciona entendimento de como as condições e políticas em nível local, nacional e internacional definem o nível de globalização de cada setor da cadeia. Estas condições envolvem custo de mão de obra, infraestrutura disponível, acesso a finanças, contexto social e nível de educação e habilidades, além de leis trabalhistas, subsídios e políticas de inovação, ou ainda políticas comerciais, que incluem os acordos de comércio. Tais condições demonstram ou omitem nível de desenvolvimento e crescimento industriais. Análise dinâmica dessas condições proporcionam comparações sistemáticas analíticas, em nível nacional ou regional, para identificar os eventuais impactos de diferentes aspectos do contexto institucional. (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011)

2.3 AMBIENTE INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS COMERCIAIS

O processo de evolução histórica de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições. As "instituições são restrições criadas pelo homem e que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais" (NORTH, 1990, p.97). Configuram-se como "as regras do jogo em uma sociedade [...]" (NORTH, 1990, p.3).

As instituições podem ser restrições informais, tais como sanções, tabus, costumes, tradições, convenções e códigos de conduta ou regras formais, como constituições, leis e direitos de propriedade. Portanto, são consideradas como instituições: (i) regras escritas e acordos que regem relações contratuais e governança corporativa; (ii) constituições, leis e regras que conduzem políticas, governos, finanças e a própria sociedade; (iii) códigos de conduta, normas de comportamento e crenças não escritas (MÉNARD; SHIRLEY, 2008).

Desta forma, as políticas que os governos adotam em direção ao comércio internacional, ou políticas comerciais, fazem parte do arcabouço institucional do macroambiente e possuem impacto direto ou indireto nos mais diferentes mercados.

Apesar da existência de diversas políticas que afetam diretamente a inserção de um país na CGVs (políticas industriais, políticas de inovação, políticas de financiamento etc.), neste trabalho optou-se pelo enfoque nas políticas comerciais sobre a integração do Brasil nas CGVs do trigo.

A política comercial corresponde a um conjunto de medidas e ações que trazem implicações sobre o comércio de um país com o resto do mundo. Tais medidas influenciam e podem até determinar a profundidade da integração econômica deste país com os demais,

dependendo dos acordos comerciais negociados e dos perfis dos instrumentos de política comercial praticados ou recebidos de seus parceiros comerciais (LEITÃO, 2013).

Portanto, as políticas comerciais afetam a integração das empresas nas cadeias globais de valor. Podem aumentar os custos das transações a partir das altas tarifas praticadas em bens intermediários, diminuindo a atratividade desses países aos investimentos diretos estrangeiros, também podem criar condições desfavoráveis de acesso a mercados de um determinado país e colocam as empresas montadoras em uma posição de desvantagem na distribuição de produtos final para os consumidores. As políticas comerciais podem ser caracterizadas como liberais ou protecionistas na medida em que se propõem a expandir ou contrair as trocas de um Estado com o exterior, e ao depender do objetivo estratégico adotado pelo governo em seu contexto e conjuntura presentes, além do uso dos instrumentos desta política (FERREIRA; SCHNEIDER, 2015).

O instrumento mais antigo e simples desta política são as barreiras tarifárias, usadas para proteger o desenvolvimento doméstico e também para arrecadação por parte do governo. Nos últimos tempos, os governos têm se afastado do uso das barreiras tarifárias e protegem seus mercados através de instrumentos não tarifários como quotas de importações ou restrição de exportações. Outras intervenções no comércio internacional podem ser feitas pelas políticas comerciais dos governos, como subsídios para produção e exportação, financiamentos subsidiados, aquisições estatais, exigências específicas de âmbito sanitário, etc (KRUGMAN, 2003).

São considerados instrumentos de política comercial:

a) as medidas tarifárias e não tarifárias – As medidas tarifárias são formas de proteger os produtores e mercados internos que concorrem com as importações. As tarifas podem assumir um percentual *ad valorem* do valor das importações ou assumir forma de cobrança específica. Já as medidas não tarifárias constituem-se em quaisquer mecanismos que não envolvam cobrança de tarifas na proteção de mercados locais. Nestas, incluem-se as quotas, restrição quantitativa através de licenças para importações; a substituição de importações, através de legislações que favoreçam ou mesmo exijam a compra de bens nacionais frente à importados; barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, que exigem convergência normativa entre os exportadores e importadores; medidas anti-dumping que impõe alíquotas para importação de produtos específicos que tenham preços de exportação abaixo do preço praticado no mercado interno do exportador (CARNEIRO, 2015).

b) os acordos comerciais – visam a ampliação das exportações e do fluxo comercial entre os países envolvidos através de tratamentos preferenciais tarifários sobre

produtos especificamente negociados entre as partes, a serem adquiridos através do cumprimento de regras de origem (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, 2017).

c) medidas de facilitação de comércio – procedimentos que facilitam a liberação alfandegária de produtos nas fronteiras internacionais, além de cooperação entre países na convergência de processos de forma a promover maior eficiência, redução de custos e legitimidade regulatória (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2017).

Historicamente, a política comercial foi usada por diversos países de forma protecionista, como Estados Unidos, Japão e Alemanha, de forma a proteger o desenvolvimento de suas indústrias nascentes para uma posterior inserção no sistema internacional através de políticas como substituição de importações e restrições aos investimentos estrangeiros diretos (PARK; NAYAR; LOW, 2013).

No entanto, com o desenvolvimento tecnológico da informática e comunicação, que possibilitou a globalização e fragmentação do sistema produtivo, os países deixaram o protecionismo de lado para adotar políticas liberais, como com a liberalização de tarifas e facilitação de investimentos, a fim de atrair empresas transnacionais para geração de empregos e conseguirem inserção nesta cadeia global de valor, em um período onde as políticas comerciais vêm se tornando cada vez mais interdependentes e menos isolacionistas (PARK; NAYAR; LOW, 2013).

Baldwin (2010), na verdade, observa que a liberalização econômica ocorrida na segunda metade do século XX, não foi sempre fácil e voluntária, pelo contrário, era devagar e envolvia somente Estados desenvolvidos participavam em um contexto de barganhas recíprocas, como nas negociações do GATT e em negociações de acordos comerciais regionais. A partir dos anos 80, no entanto, pôde-se ver que muitos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente os do leste e sudeste asiático, começaram a adotar posições liberais ao cortar tarifas unilateralmente.

As teorias clássicas do comércio previam uma relação positiva entre a abertura comercial e a expansão da economia, com saltos de renda e elevações nos níveis de bem-estar. Com o passar do tempo, surgem as teorias neoclássicas do comércio, que formulam de forma diferente as vantagens comparativas, deixando de as abordar como originárias de diferenças tecnológicas ou de produtividade no trabalho, para as abordarem como resultados das diferenças de dotação ou de posse relativa dos fatores. Tais teorias, no entanto, começaram a ser contestadas, assim como suas antecessoras, devido aos enfoques limitados que as baseiam, que impedem flexibilidade nas interpretações. Em 1954, o economista Leontief observou

empiricamente que os EUA estavam se especializando relativamente em bens mais intensivos em trabalho do que em capital, apesar de ser mais abundante no segundo do que no primeiro. Além disso, as teorias foram ainda mais contestadas com a intensificação do comércio intraindústria, que passou ser a maior fonte do crescimento das trocas internacionais, especialmente no âmbito Norte-Norte, em detrimento do comércio interindustrial, mais característico no âmbito Norte-Sul, como previam as teorias tradicionais (SARQUIS, 2011).

Assim, com o desenvolvimento das pesquisas e análises surgem as novas teorias do comércio, elaboradas inicialmente por Krugman (1979) e Helpman (1981). Estas contemplam as economias de escala, onde tecnologias que permitem rendimentos crescentes (ao invés de constantes) em escala garantem maior competitividade ou vantagens para as empresas que as detém, o que acarreta um ambiente de concorrências imperfeitas, com bases no funcionamento do mercado (SARQUIS, 2011).

Conforme observado através das exposições dos dois itens anteriores deste referencial teórico, a tradicional visão do comércio internacional com as trocas de produtos finais entre países especializados em suas vantagens comparativas para consumidores finais já não se aplica à realidade do sistema produtivo globalizado. Este tipo de troca, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2015), representa somente um quarto das trocas de bens e serviços no mundo, enquanto os outros três quartos representam trocas de bens envolvidos em fornecimento para o processo produtivo.

No contexto das cadeias globais de valor, portanto, a restrição à entrada de insumos importados em dado país, por exemplo, tem impacto direto na competitividade das exportações deste mesmo país, visto que se revela como uma taxa à exportação no fim das contas, e que pode ainda ter múltipla incidência, caso esta exportação seja de um bem intermediário, por exemplo, causando distorção no comércio internacional (PARK; NAYAR; LOW, 2013).

As relações do Estado com este sistema globalizado do comércio internacional, em grande parte em relação à captação de investimentos domésticos e estrangeiros, importantes para qualquer estratégia de maximização de crescimento e desenvolvimento, é diretamente afetado pelas adoções de políticas comerciais (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2015).

No entanto, de acordo com as novas teorias do comércio abordadas por Sarquis (2011), algumas intervenções estatais podem capacitar o país a se beneficiar mais do comércio internacional. A Política Comercial Estratégica, derivada dessas novas teorias, contraria o liberalismo total das teorias tradicionais e admite que instrumentos como subsídios

e estímulos à exportação, à inovação e à pesquisa podem permitir investimentos necessários para o nascimento de empresas em setores de tecnologia desenvolvida e voltados à rendimentos em escala em um ambiente de concorrência imperfeita, como é o sistema internacional. Não se especifica, porém, de que forma específica no tempo e intersetorialmente devem ser feitas tais intervenções, nem os correspondentes impactos sobre a cadeia produtiva à montante e à jusante. É orientada, porém, para que efeitos discriminatórios sejam minimizados, se estimule a agregação de valor e a geração de externalidades. Requer-se maturidade de governantes e capacidade técnica para que se evitem estímulos distorcivos e excessivos, que podem acarretar resultados opostos aos esperados (SARQUIS, 2011).

Com a criação da OMC em 1995, após a rodada Uruguai do GATT, e a institucionalização deste sistema multilateral de negociações comerciais que visa evitar efeitos negativos e distorcivos dos protecionismos, a margem de manobra das políticas comerciais nacionais diminuiu, pois devem se encaixar nos parâmetros básicos da instituição de prosperidade e desaceleração, a fim de promover maior previsibilidade das condições em que opera o comércio internacional em diferentes períodos (REGO, 1996).

Por outro lado, aliado ao processo de evolução das cadeias globais de valor, à necessidade da facilitação deste espaço econômico-produtivo ampliado, que engloba agendas de harmonização de aspectos que fogem das negociações puramente comerciais e que escapam do escopo dos acordos multilaterais, se fortaleceu o engajamento dos países em foros regionais e a tendência de se firmar acordos preferenciais com determinados países estratégicos que abordam estes novos temas de abertura comercial do século XXI, como barreiras fitossanitárias e a proteção à propriedade intelectual, por exemplo, para ocupar este vácuo de governança (PARK; NAYAR; LOW, 2013).

2.4 TRATADOS INTERNACIONAIS

De modo a documentar e regulamentar as intenções e pretensões de Estados soberanos, em um contexto de um sistema internacional anárquico, com outros Estados soberanos, os acordos internacionais são atos solenes muito antigos, presentes desde o início da existência das relações entre grupos políticos ao redor do mundo. Estes costumes entre povos, no entanto, vieram a ser consolidados pelo direito internacional como normas através da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, adotada em 1969 (SOARES, 2004).

Desta forma, os tratados internacionais tornaram-se a maior fonte do direito internacional a partir de então, assumindo o lugar dos costumes internacionais, primeira fonte reconhecida. Elaborados pelos próprios Estados, os tratados podem regular diversas matérias, além de prever um ou mais instrumentos, trazendo assim maior segurança ao determinar efetivamente um comportamento que deverá ser estabelecido por parte dos mesmos (MAZZUOLI, 2004).

A classificação dos tratados se dá conforme algumas variáveis, segundo Mazzuoli (2004). Primeiramente, o número de partes envolvidas, podendo ser um tratado bilateral, que são firmados entre duas partes, absolutos até o século XVII, que tradicionalmente disciplinavam assuntos referentes às coroas e seus reinados, ou multilateral, celebrados por mais de duas partes e que representam a convergência da vontade de vários Estados com o objetivo de estruturar uma sociedade internacional.

A variável seguinte se refere ao tipo de procedimento utilizado para sua conclusão ou efetivação. Pode ser simplificado, em geral para tratados bilaterais, que prevê somente a assinatura como consentimento definitivo, sem aprovação parlamentar, ou stricto sensu, que para sua conclusão necessitam da aprovação parlamentar, com a promulgação e ratificação do tratado. Outra variável determinante para a classificação de um tratado refere-se ao tempo de execução. Os tratados podem ser transitórios, para execução imediata e que transmitem de forma definitiva determinados bens, ou permanentes, que por sua vez, prevê execução durante a vigência, longa ou curta, do tratado. Ainda no âmbito do tempo de execução, os tratados multilaterais podem ser classificados como mutalizáveis, que são aqueles cujo descumprimento por uma das partes não compromete a execução do acordo geral (GATT, por exemplo), ou não-mutalizáveis, acordos que em caso de descumprimento de uma das partes causaria a aplicabilidade geral nula (Tratado da Antártida, como exemplo).

A natureza jurídica dos tratados pode ser classificada como tratado-lei, que fixa normas gerais no âmbito internacional por vontades convergentes entre as partes e para estas partes, com conteúdo idêntico voltado para uma finalidade comum; ou como tratado-contrato, onde as vontades são divergentes e há a estipulação reciproca de concessões ou troca de vontades entre as partes, estando os acordos comerciais caracterizados como tal. A última variável destacada pelo autor se refere a possibilidade de adesão posterior, ou seja, quando há tal previsão de novos signatários, o tratado se classifica como aberto, e quando não há tal previsão, como fechado (MAZZUOLI, 2004).

Conforme abordado no item anterior deste referencial teórico, na segunda metade do século XX se fortaleceu dinamicamente entre os Estados o fenômeno dos acordos

preferenciais de comércio dos acordos comerciais preferencias que tratam de abertura comercial em âmbitos além das barreiras tarifárias impostas pelos países. Regulamentações como a de serviços, economia digital, padrões trabalhistas, barreiras técnicas e fitossanitárias, eficiência energética, padrões privados e emissões de carbono entre os parceiros econômicos representam grande instrumento de integração comercial, com maior intensidade nos anos 2000 devido ao travamento das negociações no âmbito multilateral da OMC. Essas negociações permitem um aproveitamento maior da liberalização econômica (THORSTENSEN et al., 2014).

Como exemplo de acordo deste âmbito pode ser citado o NAFTA (North American Free Trade Agreement), composto por Estados Unidos, México e Canadá, além do Chile como associado. O acordo prevê remoção de restrições de vários setores, proteção de propriedade intelectual, além de medidas relacionadas a segurança do trabalhador e meio ambiente.

No que tange ao acesso de mercados, geralmente os APCs preveem redução ou eliminação de tarifas de parceiros preferenciais com base nas tarifas NMF (Nação Mais Favorecida) aplicada para cada bem. Sobre as tarifas NMF, estabelecidas no âmbito da OMC, os autores destacam seu funcionamento:

> O sistema multilateral de comércio teve, durante muitos anos, como seu principal foco, a redução de tarifas. O GATT prevê a obrigação dos membros de respeitar suas listas de compromissos. Nessas listas, são estabelecidas as tarifas consolidadas para cada produto de cada membro. Desse modo, os membros se obrigam a aplicar tarifas NMF a todos os membros da OMC (tarifa aplicada) até o limite da tarifa consolidada. As tarifas consolidadas seriam progressivamente reduzidas nas rodadas de negociação do GATT, contribuindo para a liberalização comercial (THORSTENSEN et al., 2014, p. 2 e 3).

A cláusula de nação mais favorecida, na prática, conduz a uma relação de não-discriminação entre os membros da OMC. No âmbito dos APCs, portanto, se estabelece um cronograma de remoção tarifária com margens adequadas a produtos mais sensíveis, de maneira que as indústrias domésticas não sejam prejudicadas. Restrições a exportações também são objetos de proibição nos acordos preferenciais (THORSTENSEN et al., 2014).

As certificações de origem também são tema dos acordos comerciais, envolvendo as normas de origem preferenciais e não preferenciais, cujos objetivos são de garantir benefícios a produtos extraídos, produzidos e/ou fabricados nos países signatários e dependem de regras de transparência e comprovação documental de critérios determinantes de origem como obtenção/fabricação integral no território, transformação substancial do bem no

território, percentual de material importado utilizado sem que a origem seja descaracterizada, além regras de cumulação que se referem à utilização de bens provenientes de outros membros do APC sem afetar a preferência (THORSTENSEN et al., 2014). No âmbito do MERCOSUL, destaca-se o estabelecimento das NCMs (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) para os bens que dão suporte à comprovação de origem.

Outro tema importante abordado pelos APCs é o de defesa comercial, composta por mecanismos de antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas, a fim de equilibrar a competitividade entre os membros, com instrumentos como limitação de concessão de subsídios ou previsões de defesa à indústria nacional em caso de surtos de importações. Por fim, o tema dos investimentos tem sido bastante abordado nos acordos preferenciais, com previsões mais liberais como de livre transferência de fundos, que permitem o livre fluxo de transações de capital referentes a investimentos e tratamento não discriminatório a investidores nacionais e estrangeiros (THORSTENSEN et al., 2014).

3 ANÁLISE DA CADEIA DO TRIGO E DO POSICIONAMENTO BRASILEIRO

Para que o desenvolvimento e apresentação desta pesquisa fossem mais precisos, delimitados e claros, este capítulo é dividido em três subcapítulos, onde cada um tem como função cumprir com cada um dos três objetivos específicos estabelecidos.

Primeiramente, é apresentada a cadeia global de valor do trigo, com abordagem à sua construção histórica e estrutural, com base em publicações da ABITRIGO e estudos de autores que já sintetizaram as dinâmicas características do sistema e descrevem os principais atores do mercado do trigo. Descreve-se os principais países produtores, exportadores e importadores desta *commodity* e a construção histórica de suas políticas públicas, como também destaca-se o âmbito privado, ao citar os principais conglomerados corporativos que dinamizam atualmente essa cadeia global de valor.

Na sequência, são descritas as políticas comerciais dos principais países participantes da cadeia de valor do trigo que empiricamente construíram e transformaram a estrutura do mercado. De um mercado com protagonismo de atuação dos setores governamentais até os anos oitenta, para outro influenciado pela onda neoliberal e potencializado pela globalização até os dias atuais que tem o protagonismo no setor privado, mas que continua com atuação influenciada pelas regulamentações governamentais domésticas e internacionais no âmbito comercial.

Por fim, foi feita, no último subcapítulo, uma análise crítica acerca da dinâmica e dos impactos que estas medidas trazem ao funcionamento e ao posicionamento do Brasil na cadeia global de valor do trigo, com apresentação dos principais indicadores nacionais de desempenho comercial.

3.1 A CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO, SUAS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

O trigo é uma das mais importantes *commodities* agrícolas do mundo, presente no cotidiano humano há mais de dez mil anos, desde a invenção da agricultura até o os dias atuais com enorme variedade de produtos que derivam do grão. A seguir, é abordada a evolução histórica do uso e da distribuição deste cereal que é um grande garantidor de segurança alimentar no mundo.

3.1.1 História e uso do trigo

A triticultura, ou cultura do trigo, teve inicio na Mesopotâmia, região que atualmente engloba parte do Egito e Iraque. Naquela época, os grãos eram consumidos na forma de uma espécie de papa, misturados com peixes e frutas. Por volta de 4.000 a.C., foi descoberto no Egito o processo de fermentação do trigo, que culminou na invenção do pão. Os chineses também já cultivavam o trigo cerca de 2.000 a.C., e faziam farinha, massas e pastéis. Diz a história, inclusive, que Marco Polo trouxe o macarrão de lá para a Itália no século XIII. Na Europa, o cultivo se expandiu nas regiões mais frias como na Polônia e Rússia. O trigo chegou ao Brasil em 1534, trazido pelos portugueses, que reclamavam dos pães feitos com farinha de mandioca daqui. A triticultura era de difícil realização no país pelo clima quente e só na metade do século XVIII que a cultura começou a se desenvolver no estado mais frio do país, o Rio Grande do Sul (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO, 2016).

Além de ser uma das plantas mais cultivadas do mundo, o trigo possui cerca de trinta tipos com diferenças genéticas, porém somente metade disso se cultiva, o restante vive de forma silvestre. Através do desenvolvimento tecnológico e da busca de melhores rendimentos no cultivo, teor de nutrientes, conteúdo de farinha no grão, adaptação e resistência a doenças, já foram criadas milhares de variedades para o trigo. No entanto, aproximadamente 90% do cultivo mundial tem origem em três espécies que se adequam para diferentes usos, conforme expõe a ABITRIGO:

> Triticum aestivum - Chamado de trigo comum, é o mais cultivado no planeta, respondendo por mais de quatro quintos da produção mundial. É o mais utilizado na fabricação do pão. Embora o trigo represente uma fonte de alimento completa em termos nutricionais, a proporção das várias substâncias que compõem o grão (amido, minerais, vitaminas e proteínas) oscila conforme a variedade. A mais consumida no Brasil, Triticum aestivum L., tem um teor de proteína em torno de 15%.
> Triticum compactum - Conhecido também como tipo clube, tem um teor de proteínas da ordem de 8%, produzindo menor teor de glúten, substância que está por trás do crescimento e da textura dos produtos feitos com farinha. É utilizado para a fabricação de biscoitos e bolos mais macios e menos crocantes.
> Triticum durum - Indicado para massas (macarrão), essa espécie forma um glúten mais resistente, permitindo uma textura firme após o cozimento. O grão duro não é cultivado no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO, 2016).

O principal uso do trigo é a destinação do grão à moagem industrial para fornecimento de farinhas para produção de pães, massas, biscoitos, torradas, etc. O grão também pode ser usado para ração animal em substituição a outros grãos que tem esse uso

tipicamente, como o milho, porém tal uso tem menor representatividade. Os produtos derivados da moagem do trigo também são comercializados com finalidade de ração animal, como o farelo de trigo. Em condições adequadas de armazenagem, o trigo é um grão que não deteriora por anos, sendo muito útil para combater a escassez provocada por quebras de safras de outros grãos, para armazenagem nas épocas de entressafra e para manutenção de estoques em anos de produções baixas ou aumento na demanda. Quando os estoques mundiais estão altos, os preços tendem a estarem mais baixos e vice-versa (MITCHELL; MIELKE, 2005).

A produção de trigo, apesar de ser considerada como safra de inverno, é realizada sob diversas condições climáticas, com o uso de tecnologias que atendem ao plantio de larga ou pequena escala. As áreas rurais destinadas ao cultivo de trigo aumentaram muito no mundo desde a metade do século passado, com 2,3% de crescimento anual de 1961 (ano em que dados da maioria dos países se tornaram disponíveis) até o início dos anos 2000. Grande razão deste aumento foi devido à chamada Revolução Verde, quando países emergentes adquiriram diversas variedades de sementes para triticultura desenvolvidas pelo Centro Internacional de Desenvolvimento de Trigo e Milho, no México. Outra razão é o aumento no uso de insumos, como fertilizantes (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Com o tempo, a demanda por trigos de alta qualidade e diferentes características como cor, dureza e níveis de proteína e glúten aumentou muito devido ao crescimento da sofisticação e exigência da indústria moageira. Os níveis de proteína do trigo variam de 8 a 16%, sendo os menores mais adequados para produção de torradas e bolos, e os mais altos para pães e massas. A indústria mistura diferentes variedades para produção de farinhas específicas. Prêmios por níveis altos de proteína cresceram no comércio internacional desde o começo da década de oitenta, além de contratos com maiores especificações de qualidade. A bolsa australiana de trigos oferecia dois tipos de contratos de trigo nos anos oitenta, enquanto nos anos noventa já eram mais de trinta e quatro diferentes tipos (MITCHELL; MIELKE, 2005).

3.1.2 Governança e regimes alimentares

Tradicionalmente, o sistema de comercialização internacional agrícola depende muito de instituições estatais, pois as trocas comerciais envolvem a segurança alimentar de populações. Com origem nos sistemas de trocas coloniais, que tinham como funções garantir um estável fornecimento de alimentos. Esse sistema de governança foi academicamente caracterizado como regimes alimentares (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Os regimes alimentares são as normas e regras, formais ou informais, que baseiam o funcionamento da produção e consumo de alimentos em escala global. A análise dos regimes alimentares se dá no escopo macro de tendências e auxilia a identificar mudanças no sistema e nas interações entre os atores que o compõem, como os agricultores, as empresas e instituições governamentais (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

O primeiro regime, colonial-diaspórico, é caracterizado no sistema de comércio imperial, desde a expansão imperialista britânica, em busca de novas fontes de matérias primas, até a década de 1930. O segundo regime alimentar, caracterizado pela industrialização dos alimentos e a consolidação dos Estados-nação como dominantes através de seus órgãos, durou ate os anos oitenta e foi denominado como mercantil-industrial. Fortaleceu as bolsas de trigo, que comercializavam as mercadorias em nome das nações, instrumentos fundamentais da cadeia de valor do trigo neste período. O terceiro regime é denominado de corporativo-ambiental, determinado pela transformação neoliberal pós-Guerra Fria e pelo processo acelerado de globalização inerente, que facilitou a circulação de alimentos em longas distâncias com atuação de corporações transnacionais.

Quadro 1 - Resumo dos três regimes alimentares

	Primeiro regime Alimentar	**Segundo regime Alimentar**	**Emergente, Terceiro regime alimentar**
Começo aproximado	1870-1930	1950-1970	2000-dias atuais
Nome/definição	Colonial-Diaspórico	Mercantil-Industrial	Corporativo-Ambiental
País como centro de poder	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Eixo China/EUA
Principal dirigente ou tomador de decisões	Estados (principalmente os colonizadores) nacionais e fazendeiros	Companhias processadoras	Corporacões transnacionais do setor varejistas, supermercados
Modo de regulação e Governança	Impérios coloniais	Estados Nacioanis via Keynesianismo gerenciado	Desregulação neoliberal
Ideologias Dominantes	Liberalismo-Colonialismo	Desenvolvimentismo-AntiComunismo	Neoliberalismo-Globalização
Sistema Monetário Internacional	Padrão Ouro-Libra	Ouro-Dólar (Bretton Woods)	Dólar-Flexível (Pós-B. Woods)
Paradigma Agro-Tecnológico	Tradicional	Mecânica e Química	Bio-e-nano-tecnologias, TIC's
Características dos alimentos	Gêneros alimentícios básicos para preparação caseira	Gêneros alimentícios básicos e processados para preparação caseira e refeições fora de casa	Gêneros alimentícios básicos, processados e manufaturados para preparação caseira, conveniência e refeições flexibilizadas
Identificador	Produtos sem marca e sem diferenciação	Produtos de marca	Produtos de marca, marcas dos próprios supermercados e marcas genéricas
Movimentos Contestação	Trabalhadores	Agricultores	Consumidores

Fonte: Schneider et al (2016).

Na década de 1980, a forte influência do neoliberalismo transformou o sistema comercial agrícola vigente, cada vez mais globalizado, ao enfraquecer o poder estatal com grande fortalecimento e consolidação de grandes empresas transnacionais produtoras e comerciantes. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, o estabelecimento da OMC (Organização Mundial do Comércio) e do desenvolvimento da Rodada Uruguai, que intensificou as trocas internacionais agrícolas através de normas liberais, o novo regime alimentar teve novo protagonista: o setor privado. Assim, as empresas se tornaram os principais fornecedores de insumos, grãos, além de traders, industrializadores e varejistas. Com o setor privado no controle, as áreas de atuação também diversificaram e as empresas do setor alteraram o foco das estratégias para os mercados financeiros, a fim de maximizar os lucros e minimizar os riscos (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

A transformação liberal do sistema do agronegócio apresentou prós e contras, ao aumentar a eficiência e auxiliar a entrega de trigo a preços menores, mas também, segundo muitos, a monetarização da *commodity* através da consolidação do controle privado aumenta a volatilidade do mercado e o potencial de abuso de oligopólios na comercialização, que atualmente controlam o sistema não só pelo tamanho do alcance global, mas também pelo controle de informações, o que por fim traz vulnerabilidades para os países que dependem da importação do trigo (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Desta forma, é fundamental a análise da complexidade da cadeia global de valor do trigo e das relações entre os países, o setor privado e organizações internacionais para compreensão dos riscos para segurança alimentar dos países, inclusive do Brasil.

3.1.3 Principais produtores, consumidores, exportadores e importadores de trigo

A produção mundial de trigo na safra 2016/17 totalizou 753,09 milhões de toneladas, das quais 178,77 milhões foram comercializadas internacionalmente, segundo o levantamento “Grain: World Markets and Trade”, do United States Department of Agriculture (2017), publicado em maio de 2017. Essa quantia comercializada internacionalmente representou um recorde para o setor, que na safra 2011/12, pela primeira vez, ultrapassou a marca das 150 milhões de toneladas. Para a próxima safra, 2017/18, estima-se que o recorde seja quebrado e a marca passe das 180 milhões de toneladas. Nota-se, então, uma evolução no comércio internacional de trigo.

A produção mundial de trigo vem crescendo substancialmente nos últimos cinco anos-safra, conforme pode ser observado na tabela abaixo, saindo de um patamar de 658,60

milhões de toneladas do grão em 2012/13, para as já mencionadas 753,09 milhões de toneladas no presente ano-safra de 2016/17, o que representa um aumento de 14,30%:

Tabela 1 - Produção Mundial de Trigo

PRODUÇÃO MUNDIAL DE TRIGO (Milhões de toneladas)						
Países	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18 (est.)
Argélia	9,30	10,50	13,93	11,30	16,00	17,00
Austrália	22,86	25,30	23,74	24,17	35,00	25,00
Brasil	4,38	5,30	6,00	5,54	6,70	6,73
Canadá	27,21	37,53	29,42	27,59	31,70	28,35
China	121,02	121,93	126,21	130,19	128,85	131,00
Egito	8,50	8,25	8,30	8,10	8,10	8,10
EUA	61,30	58,11	55,15	56,12	62,86	49,54
Índia	94,88	93,51	95,85	86,53	87,00	97,00
Indonésia	13,80	14,50	13,00	15,00	15,50	15,00
Irã	9,84	13,94	13,00	13,75	14,99	13,00
Marrocos	3,88	6,93	5,12	8,06	2,73	5,80
Paquistão	23,47	24,21	25,98	25,10	25,60	26,20
Rússia	37,72	52,09	59,08	61,04	72,53	67,00
Turquia	16,00	18,75	15,25	19,50	17,25	17,50
Ucrânia	15,76	22,28	24,75	27,27	26,80	25,00
União Europeia	133,95	144,58	156,91	160,48	145,47	151,00
Uzbequistão	6,70	6,80	7,15	7,20	7,20	7,20
Total Mundial	**658,60**	**715,08**	**727,98**	**737,00**	**753,09**	**737,83**

Fonte dados: Grain World Markets and Trade, United States Deparment of Agriculture (2017).

A União Europeia se mantém como primeira no ranking de produtores mundiais de trigo por muitos anos. Segundo Mitchell e Mielke (2005), desde os anos noventa, a UE apresenta evolução na produtividade, com o suporte à produção doméstica através da Política Agrícola Comum.

Nas últimas safras, a UE registrou aumento na produção, ao sair de 133,95 milhões de toneladas na safra de 2012/13 para 145,47 milhões na safra de 2016/17, sendo que nesse ano sofreu com condições climáticas desfavoráveis que geraram quebra de safra. Assim, para a próxima safra de 2017/18, estima-se que a UE deve produzir cerca de 151 milhões de toneladas. Os outros grandes produtores mundiais são a China, Índia, Rússia e EUA.

No entanto, como pode ser observado na tabela abaixo, China e Índia consomem a maior parte de sua produção com suas próprias demandas internas. A Rússia e os EUA, assim como a União Europeia (que é a maior consumidora de trigo mundial) têm quotas de consumo

com percentual menor em relação ao total produzido, o que proporciona a esses países superávits e excedentes que seguem para exportação.

Tabela 2 - Consumo Mundial de Trigo

CONSUMO MUNDIAL DE TRIGO (Milhões de toneladas)						
Países	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18 (est.)
Argélia	9,45	9,85	10,05	10,25	10,25	10,35
Brasil	10,90	11,40	10,70	11,10	11,70	11,60
Canada	9,56	9,42	9,05	7,86	10,20	8,80
China	125,00	116,50	116,50	112,00	118,50	116,00
Egito	18,70	18,50	19,10	19,20	19,70	20,00
EUA	37,81	34,26	31,33	32,02	32,82	32,41
Índia	83,82	93,85	93,10	88,55	97,50	100,00
Indonésia	6,95	7,17	7,37	9,10	9,30	9,10
Irã	16,00	17,00	17,50	18,00	18,25	18,50
Marrocos	8,30	9,00	9,00	9,80	10,20	10,30
Paquistão	23,90	24,10	24,50	24,40	24,50	25,40
Rússia	33,55	34,10	35,50	37,00	40,00	39,50
Turquia	17,65	17,75	17,50	18,00	17,40	17,40
Ucrânia	11,40	11,50	11,50	12,20	10,80	10,60
União Europeia	119,25	117,30	124,68	129,85	128,50	127,25
Uzbequistão	8,00	8,40	8,90	9,35	9,70	9,90
Total Mundial	**679,896**	**697,992**	**705,164**	**712,083**	**740,159**	**734,89**

Fonte dados: Grain World Markets and Trade, United States Deparment of Agriculture (2017).

Interessante notar a velocidade do crescimento de consumo de trigo na Índia, que de 2012/13 para 2016/17 aumentou em 16,30% o seu consumo interno, muito acima da média do crescimento mundial, que foi de 8,80% no mesmo período.

Em relação às exportações, no ano safra 2012/13, os EUA lideravam o ranking de exportação de trigo com pouco mais de 27 milhões de toneladas, seguido por União Europeia com 22 milhões. A partir do ano-safra seguinte, como expõe a tabela a seguir, a União Europeia se tornou a maior exportadora mundial de trigo, com exceção da presente safra, na qual houve grandes quebras por problemas climáticos. No entanto, estima-se que a UE retome a posição de primeira do ranking na próxima safra, para a qual não são esperadas condições tão desfavoráveis.

Além desses dois países, alguns outros países também se destacam como exportadores de trigo no sistema internacional, principalmente Rússia, Austrália e Canadá. A Ucrânia e o Cazaquistão também merecem menção, especialmente o primeiro, que alcançou a

impressionante marca de 17,30 milhões na última safra de 2016/17 (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2017).

Tabela 3 - Principais exportadores mundiais de trigo

PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS DE TRIGO						
Países	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18 (est.)
Argentina	7,45	1,68	4,20	8,75	11,00	11,00
Austrália	21,27	18,34	16,58	15,78	22,00	22,00
Canadá	18,58	22,16	24,88	22,14	20,00	22,00
União Europeia	22,79	32,03	35,46	34,69	27,00	31,00
Cazaquistão	6,80	8,00	5,51	7,60	7,00	7,00
Rússia	11,31	18,61	22,80	25,54	28,00	29,00
Turquia	3,58	4,29	4,13	5,61	6,00	6,00
Ucrânia	7,19	9,76	11,27	17,43	17,30	14,50
EUA	27,73	31,52	23,00	21,86	28,30	27,00
Total Mundial	**147,24**	**162,464**	**161,893**	**172,068**	**178,776**	**181,131**

Fonte dados: Grain World Markets and Trade, United States Deparment of Agriculture (2017).

Na América do Sul, a Argentina se consolidou como maior exportadora de trigo, apesar de sofrer com problemas climáticos e restrições governamentais nos últimos anos, saiu de 7,45 milhões em 2012/13 para 11 milhões em 2016/17 (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2017).

Tabela 4 - Principais importadores mundiais de trigo

PRINCIPAIS IMPORTADORES MUNDIAIS DE TRIGO						
Países	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18 (est.)
Argélia	6,48	7,48	7,26	8,15	8,00	8,00
Brasil	7,55	7,06	5,87	5,92	7,50	6,90
China	2,96	6,77	1,93	3,48	4,20	3,00
Egito	8,40	10,15	11,30	11,93	11,50	12,00
União Europeia	5,28	3,98	5,98	6,92	5,50	6,50
Indonésia	7,15	7,39	7,48	10,12	9,00	9,50
Japão	6,60	6,12	5,88	5,72	5,90	5,80
Coreia do Sul	5,44	4,29	3,94	4,42	4,65	4,50
México	3,82	4,64	4,48	4,81	5,20	5,20
Total Mundial	**147,24**	**162,464**	**161,893**	**172,068**	**178,776**	**181,131**

Fonte dados: Grain World Markets and Trade, United States Deparment of Agriculture (2017).

Do lado inverso estão os países que não conseguem suprir a demanda interna com produção própria e importam a mercadoria para consumo de sua população. Tradicionalmente, o maior importador de trigo no mundo é o Egito, com aproximadamente

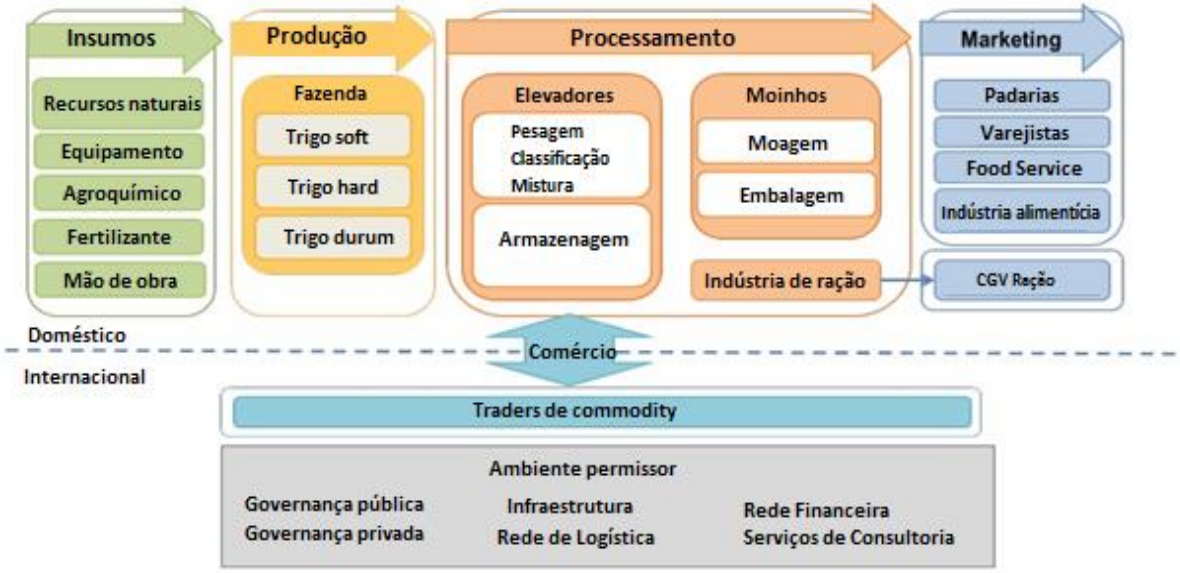
11,50 milhões de toneladas na safra 2016/17. A Argélia, Indonésia, Japão, a própria União Europeia (que apesar da grande produção importa diferentes tipos de trigo), e o Brasil são os outros importadores de trigo que compram os maiores volumes no mercado internacional (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2017).

Mesmo com o aumento da produção brasileira observado na tabela 2 nos últimos anos, as importações brasileiras de trigo internacional se mantêm em alto volume, muitas vezes devido à competitividade dos preços internos. O Brasil importa a maior parte do trigo da Argentina, e em menor volume do Paraguai e Uruguai, parceiros de MERCOSUL, além dos EUA e Canadá, que apresentam maior qualidade, melhor rendimento e diferentes características de uso para as indústrias moageiras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO, 2017).

3.1.4 Dinâmicas da cadeia global de valor do trigo e principais empresas

A cadeia global de valor do trigo é caracterizada pelas trocas e transformações internacionais de insumos, grãos, informações e recursos financeiros. Os estágios da cadeia se caracterizam pelo fornecimento de insumos, a produção do trigo no campo, a industrialização do trigo e a comercialização de produtos feitos à base de trigo (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Figura 3 - Cadeia global de valor do trigo



Fonte: G. Ahmed apud Ahmed; Hamrick; Gereffi (2014). Tradução nossa.

Conforme a figura 3 ilustra, a cadeia de valor do trigo tem início nos insumos e recursos naturais como o clima e solos adequados, equipamentos para manejo do plantio e colheita, além do tratamento da safra com agroquímicos e fertilizantes. Com investimentos, os produtores do trigo buscam maior qualidade e produtividade por hectare nas safras. Depois de colhido, o trigo passa por processo de secagem, classificação e de segregação para armazenagem em silos, elevadores e terminais. Neste estágio, entram as *traders*, empresas que atuam na comercialização do trigo. Normalmente, as *traders* compram a mercadoria dos produtores rurais e contam com grandes estruturas de armazenagem e classificação. O trigo, então, é vendido para a indústria moageira (moinhos), ou em menor escala, para a indústria de ração animal.

A formação de preços internacionais geralmente ocorre com base nos contratos realizados nas principais bolsas e mercados mundiais, como a *US Chicago Board of Trade* (CBOT), bolsa que comercializa trigo *soft*, a *Kansas City Board of Trade* (KCBT) para trigo *hard* e a *Paris Grain Exchange*. A variação de preços na comercialização de trigo tem base em fatores como fretes, qualidade e variedade, custos de armazenagem e tarifas. A maioria das transações realizadas mundialmente envolvem contratos baseados nos contratos-tipo elaborados pelo GAFTA (*Grain and Feed Trade Association*), associação fundada por comerciantes, *brokers* e processadores de setenta e seis países em 1971. Instrumentos financeiros como títulos de garantia por parte dos fornecedores e cartas de credito por parte dos compradores são essenciais à execução dos contratos (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Os moinhos são responsáveis pela moagem do trigo para produção de farinha que, posteriormente, serão utilizadas como matéria-prima para fabricação de diversos produtos alimentícios como bolos, massas, pães, etc., conforme já foi exposto neste trabalho. Os moinhos podem ter a farinha como produto final e comercializá-la no mercado doméstico ou internacional, mas também existem diversos grupos empresariais que têm sua produção verticalizada. Então, tem moinhos próprios para produção de farinha e que serão usadas pelo mesmo conglomerado para produção de produtos derivados (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Segundo a ABITRIGO, o Brasil possui 196 moinhos de trigo em funcionamento atualmente, muito concentrados na região Sul, sendo que 67 destes estão no Paraná e 55 no Rio Grande do Sul, estados que mais produzem o grão no país, como mostra a tabela 5:

Tabela 5 - Estimativa de Moinhos em atividade no Brasil 2016

ESTIMATIVA DE MOINHOS EM ATIVIDADE NO BRASIL 2016				
ESTADO	MOINHOS	ESTADO %	REGIÃO	REGIÃO %
RIO GRANDE DO SUL	55	28,06	SUL	74,49
PARANÁ	67	34,18		
SANTA CATARINA	24	12,24		
SÃO PAULO	18	9,18	SUDESTE	12,76
MINAS GERAIS	4	2,04		
RIO DE JANEIRO	2	1,02		
ESPÍRITO SANTO	1	0,51		
CEARÁ	3	1,53	NORDESTE	6,63
BAHIA	3	1,53		
PERNAMBUCO	2	1,02		
RIO GRANDE DO NORTE	1	0,51		
MARANHÃO	1	0,51		
PARAÍBA	1	0,51		
ALAGOAS	1	0,51		
SERGIPE	1	0,51		
AMAZONAS	1	0,51	NORTE	2,04
PARÁ	2	1,02		
AMAPÁ	1	0,51		
GOIÁS	5	2,55	CENTRO OESTE	4,08
DISTRITO FEDERAL	1	0,51		
MATO GROSSO DO SUL	2	1,02		
TOTAL BRASIL	196			

Fonte: ABITRIGO / Sindicatos do Trigo 21/03/2017

A dinâmica e funcionamento da cadeia de valor do trigo dependem da infraestrutura logística, integração de sistemas financeiros, e as governanças pública e privada. A maior coordenação da cadeia encontra-se nos *traders*, que ditam muito dos termos das trocas internacionais e acabam moldando o sistema (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Outro fator importante na cadeia produtiva do trigo é a armazenagem, pois o trigo não tem áreas produtivas em escalas tão grandes quanto de outros grãos como soja e milho. Assim, uma rede de armazenagem bem estruturada é indispensável para um abastecimento efetivo de larga escala (MEDEIROS, 2017).

As trocas internacionais de trigo são executadas em sua grande maioria por um conjunto de empresas transnacionais, o conglomerado chamado de ABCD, formado pela ADM (Archer Daniels Midland Co), Bunge Group, Cargill, Louis Dreyfus e Glencore. Segundo Murphy (2012), essas empresas controlam cerca de 80% da totalidade mundial de grãos. A amplitude de suas estruturas e faturamentos é exposta no quadro 2:

Quadro 2 - Maiores empresas da cadeia de valor do trigo

Empresa	Propriedade	País de origem	Receitas (USD Billions)	Ativos (USD Bi)	Segmentos de Operações	Geografia das Operações
Archer Daniels Midlands (ADM)	Pública	EUA	$89.80	$43.75	Processamento de oleaginosas e milho, serviços de agricultura, finanças	75 países
Bunge Limited	Pública	Holanda (matriz atual nos EUA)	$61.34	$26.78	Agronegócio, açúcar, bioenergia, alimentos e ingredientes, fertilizantes	40 países
Cargill	Privada	EUA	$136.65	$59.88	Originação e processamento, ingredientes e aplicação de alimentos, serviços de agricultura, gestão de risco e finanças	67 países
Louis Dreyfus Commodities	Privada	França	$63.59	$19.17	Proteínas, outros produtos	100 países
Glencore	Pública	Suíça	$232.69	$154.93	Metais e minerais, produtos de energia, produtos de agricultura	50 países

Fonte: Ahmed; Hamrick; Gereffi (2014). Tradução nossa.

Conforme abordado anteriormente neste subcapítulo e exposto no quadro 2, a determinação das dinâmicas da cadeia pelos *traders* globais é evidente ao se observar seus campos de atuação, o que os possibilitam explorar economias de escala com controle de informações, análise de dados, tecnologia, estruturas de armazenagem, transporte e gestão de riscos. Esses atores possuem uma complexa rede de logística para fornecimento e transporte dos grãos, além de formarem *joint-ventures* entre si para expandir a participação em atividades à jusante ou à montante na cadeia. Em relação ao quadro acima, as empresas listadas com propriedades públicas são de capital aberto.

Por exemplo, a unidade de grãos e oleaginosas da Cargill coordena as atividades de exportação com a unidade de transporte oceânico do mesmo grupo, de forma a gerir riscos de frete. Em 2012, a Cargill e a CHS Inc. (outra transnacional do setor) anunciaram que as duas empresas estariam expandindo o alcance da *joint-venture* formada por elas para utilização de terminais de exportação nos portos para incluir também portos do Pacífico. Enquanto isso, a ADM opera 154 terminais e elevadores somente nos Estados Unidos, com capacidade de, aproximadamente, 400 milhões de *bushels*, o que equivale a mais de 10

milhões de toneladas, que cobre grande parte dos principais estados produtores norte-americanos, além de seis terminais de exportação na Argentina, México e Ucrânia, com capacidade agregada de 810 mil toneladas (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

A governança pública na cadeia se dá através de instrumentos como a classificação das especificações dos grãos, subsídios geralmente dado aos produtores rurais, controle de preços e suas políticas comerciais.

3.2 AS POLÍTICAS COMERCIAIS DOS PAÍSES E OS IMPACTOS NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO

O mercado global de trigo, assim como muitos outros, sofre influência direta das instituições governamentais sejam elas nacionais ou internacionais, visto que as mesmas regulam o ambiente das trocas internacionais através de suas políticas comerciais e normativas, que por sua vez impactam diretamente na dinâmica de preços e disponibilidade da mercadoria no comércio internacional.

Propõe-se neste subcapítulo, então, uma cronologia das práticas, medidas e regulamentações institucionais do mercado de trigo, relacionada diretamente às características e dinâmicas cíclicas que determinam esse mercado, e, por consequência, as ações institucionais.

Foram utilizados artigos de autores que exploraram essa cronologia de medidas institucionais determinantes para o mercado internacional do trigo, como Mitchel e Mielke (2005) para um período desde o década de 1970 até o início dos anos 2000, Sharma (2011) que analisa medidas restritivas no agronegócio de 2007 a 2010, Júnior et al (2011) que descrevem o panorama brasileiro até 2011, além de publicações da Organização Mundial do Comércio (2017) e Nações Unidas (2011).

Por fim, para o período de 2010 até 2017, foram usadas bases de dados dos sites como *Global Trade Alert* e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, que monitoram as políticas comerciais que afetam o comércio internacional, no caso dessa pesquisa, do mercado de trigo.

3.2.1 Subsídios à produção doméstica

A maioria dos grandes produtores e exportadores mundiais de trigo, como a União Europeia e os EUA, tem políticas de suporte à produção doméstica através de subsídios aos

produtores rurais. A União Europeia era um dos grandes importadores de trigo no sistema internacional nos anos setenta, ao importar cerca de 10% das trocas internacionais desta década, e passou para um dos grandes exportadores mundiais a partir da década de noventa, ao registrar os mesmos 10% agora das exportações mundiais de trigo. Tal mudança de posicionamento se deu devido ao fortalecimento dos programas de subsídios à produção doméstica, através da Política Agrícola Comum (PAC). Esta prática muitas vezes acarreta em superávits produtivos, gerando excedentes que seguem para exportação, frequentemente com subsídios ou em forma de doação em pacotes de ajuda e doações a países subdesenvolvidos (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Assim, programas de países exportadores baseados em políticas que geram excedentes podem beneficiar países em desenvolvimento no curto prazo, pontualmente, ao se pagar preços menores na importação do grão ou mesmo ao receber através de doações, os chamados *food-aid packages*.

No entanto, no médio-longo prazo, a maioria dos países é afetada negativamente, pois esses programas com excedentes produtivos distorcem os preços globais e aumentam a instabilidade do mercado internacional, o que acaba gerando incertezas em relação a preços praticados e acessos às mercadorias. Além disso, outros países exportadores, como Argentina e Ucrânia, são prejudicados no mercado internacional ao receberem preços menores por seus produtos. Por fim, logicamente, há redução na execução desses programas quando os estoques mundiais de trigo estão baixos e há relativa falta do produto, quando os países tendem a proteger seus mercados domésticos, o que contribui para a volatilidade dos preços (MITCHELL; MIELKE, 2005).

A partir dessas incertezas, por outro lado, alguns países resolvem seguir políticas de suporte à produção local em busca de autossuficiência produtiva aliado à medidas protecionistas, o que mais uma vez prejudica o alcance aos plenos benefícios do comércio internacional. Os autores argumentam que, em momentos de alta de preços, somente políticas que busquem reformas para reduzir a volatilidade, corte de subsídios na produção e facilitação nas exportações reduziriam preocupações com segurança alimentar (MITCHELL; MIELKE, 2005).

A OMC entende que há duas categorias de apoio doméstico: suporte com nenhuma, ou mínima, distorção no comércio internacional, e suporte distorcivo, chamadas de medidas Green Box e medidas Amber Box, respectivamente. Por exemplo, investimentos em pesquisa e desenvolvimento no setor agrícola se encaixam na primeira categoria, enquanto

políticas de preço mínimo e subsídios às exportações se encaixam na segunda categoria (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2017).

3.2.2 Protecionismo e medidas tarifárias

Em momentos de baixos estoques mundiais e de altas nos preços internacionais, muitos países, incluindo os exportadores, recorrem a medidas protecionistas e de restrições às exportações para proteger os produtores e consumidores domésticos, desde a aplicação de tarifas ou impostos de exportação, até mesmo o banimento temporário da exportação de trigo. Na verdade, em face de ameaças nos preços domésticos e internacionais, muitos governos têm como prática comum utilizar vários instrumentos, sequencial e simultaneamente, como estipular licenciamento prévio para exportações, quotas para exportações, preço mínimo para exportações, tarifas e impostos de exportações e posteriormente a eventual proibição da operação de exportação do grão, de forma a combater as alterações repentinas do mercado e proteger o mercado doméstico (SHARMA, 2011).

Em outras situações adversas também pode ocorrer o aumento de medidas protecionistas, como foi o caso da Argentina em 2002, que livrou o câmbio da fixação ao dólar depois de dez anos e o peso foi desvalorizado em mais de 70%, o que beneficiava o setor exportador. Neste cenário, o governo argentino impôs um imposto de exportação de trigo em 20% para brecar o fluxo de saída da mercadoria (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Sendo assim, tais práticas tornam muito difíceis as tarefas dos países importadores de depender do mercado global de trigo para que suas respectivas demandas sejam atendidas, visto que sempre haverá muita incerteza. Mesmo que os países busquem diversificar a origem de suas importações de trigo, há uma limitação natural para um punhado de países exportadores e empresas transnacionais que atendam seus padrões de aquisição e de mercadoria (AHMED; HAMRICK; GEREFFI, 2014).

Por outro lado, argumentam, no que tange aos estoques globais de trigo, a parcela de cinco grandes exportadores como Argentina, Austrália, Canadá, EUA e União Europeia saiu de 80% em 1960 para somente 20% em 2002, o que sugere que a produção de trigo nos países em desenvolvimento cresceu mais rapidamente que nos países exportadores tradicionais ao longo desse período, que engloba o processo de liberalização do mercado. Fator que contribui para isso são as mudanças de políticas nos países exportadores que reduziram o controle governamental sobre os estoques (MITCHELL; MIELKE, 2005).

A participação ativa e monopolizada dos Estados no mercado de trigo teve seu declínio também nos países importadores, como no Egito. O maior importador mundial do grão começou a aplicar reformas liberais em seu mercado a partir da metade dos anos oitenta, ao diminuir os subsídios nas importações. Em 1991, houve uma reforma geral na economia egípcia passando de uma economia estatal para uma economia aberta, com maior protagonismo ao setor privado. No ano seguinte, o governo começou a liberalizar o setor moageiro do trigo, que era até então monopolizado pelo Estado em relação a todo tipo de trigo e farinha. As empresas passaram a importar trigo para produzir farinhas ou também importar as farinhas diretamente. Os preços dos produtos da cadeia, até então fixados, foram liberados pelo governo. As quotas de farinhas produzidas pelo Estado que iriam a indústrias, panificadoras e confeitarias também foram eliminadas e estes poderiam então adquirir sua matéria-prima livremente (MITCHELL; MIELKE, 2005).

O mesmo aconteceu no Brasil, que em 1990 reabriu o mercado de trigo, até então monopolizado pelo Estado desde 1967 por decreto do governo militar. Em 1960, o Estado brasileiro começou suas intervenções no setor de trigo, ao instaurar políticas de preço mínimo pago ao produtor rural para toda a safra e preços tabelados para toda a cadeia, como preço do grão, de farinha e do próprio pão, cabendo ao Estado financiar a diferença nos preços praticados no mercado. A importação do trigo em grãos para suprir o saldo de demanda do mercado era realizada pelo governo, que posteriormente distribuía aos moinhos. Em 1962, as concessões para novos moinhos foram proibidas, a fim de o governo controlar o setor e da quantidade de trigo usado no país, visto que havia ociosidade de 75% nos 489 moinhos brasileiros à época. Até que em 1967, foi oficializado o monopólio estatal, que gerou certo conforto na cadeia brasileira. Tanto nos produtores, que tinham a certeza da compra do trigo cultivado por parte do Estado, quanto nos moinhos, que sabiam que suas demandas seriam supridas pelo Estado, ainda que estivessem aumentando. Isso gerou grande defasagem nos produtos e tecnologias brasileiras, que viu sua demanda ser atendida praticamente por completo pela produção nacional no final da década de 1980, porém a qualidade dos grãos produzidos não acompanhava a evolução na produtividade. Portanto, com a desregulamentação do mercado de trigo no início do governo Collor em 1990, sem uma agenda de políticas transitórias, acarretou no desmanche do modelo antigo e, por consequência, o início da concorrência estrangeira, o que acabou por quebrar muitos produtores, moinhos e empresas. Somente então, se iniciou um movimento no mercado brasileiro de mapeamento das variedades produzidas no país, visto que até o momento não havia classificação dos tipos de trigo, suas aptidões e usos. Com esta falta de coordenação na

cadeia do trigo como um todo, o Brasil tornou-se um dos principais importadores de trigo do mundo (JÚNIOR et al, 2011).

3.2.3 Medidas não-tarifárias

Além das barreiras tarifárias usadas pelos Estados, são utilizadas também para proteção de mercado doméstico medidas protecionistas que não envolvem tarifas, as chamadas barreiras não-tarifárias, como por exemplo, em relação aos padrões fitossanitários, estabelecidos geralmente por agências ou ministérios nacionais competentes à segurança alimentar.

Quando são estabelecidos altos padrões fitossanitários, que exigem especificações de qualidade do grão, por adequações alimentares, presença de grãos transgênicos, contra presença de fungos, toxinas e bactérias, o fluxo do comércio internacional sofre impacto devido à necessidade de adaptação dos países exportadores.

Nos anos noventa, Brasil, Índia e China proibiram a importação de trigo norte-americano da região noroeste do pacífico, devido à preocupação com a presença da micotoxina TCK (*tilletia controversa kuhn).* Ao final da década, este problema já havia sido solucionado, porém isso deixa resquícios nas relações comerciais entre as partes (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Outro exemplo pôde ser observado no Egito. No primeiro dia útil de 2016, o governo egípcio decretou que não seria autorizada a liberação dos lotes importados de trigo que apresentassem qualquer traço ou presença do fungo Ergot. O decreto se deu como continuação a um imbróglio que se criou no final de 2015, quando o governo egípcio rejeitou um lote de 63 mil toneladas de trigo provenientes da França em razão da presença do fungo, embora fosse em nível menor que 0,05%, que é o padrão internacional e o utilizado pela Autoridade Geral de Fornecimento de Commodities, órgão competente egípcio. Com isso, criou-se uma enorme incerteza no mercado internacional, *tradings* que participavam dos leilões egípcios para aquisição de trigo recuaram em suas posições, e com o maior importador mundial do grão fora do mercado, obviamente houve uma reação e os preços começaram a cair devido a maior oferta. Após meses de indefinição, quando diferentes órgãos estatais se pronunciaram, o padrão foi retomado a 0,05%. Logo depois foi decretada uma nova proibição, e, posteriormente, foi enfim definido em Setembro de 2016 que a especificação fitossanitária para o fungo Ergot seria de máximo 0,05% (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2016).

3.2.4 Negociações multilaterais de liberalização comercial agrícola

Durante a Rodada Uruguai de negociações da Organização Mundial do Comércio, que terminou em 1994, foram negociadas medidas de abertura de mercado e redução de tarifas para o mercado agrícola. Os países membros tiveram que transformar suas restrições quantitativas de importação de determinados mercadorias agrícolas para tarifas consolidadas, que funcionam como um teto máximo tarifário para a mercadoria. Além disso, tiveram que reduzir essas tarifas consolidadas durante um período transitório, no chamado compromisso de reduções, assim como limitar e reduzir políticas distorcivas de apoio à produção doméstica e de subsídios para exportação do grão (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Apesar das grandes conquistas em teoria, na prática, a liberalização do mercado de trigo foi modesta, devido à forma que as provisões da OMC foram implementadas pelos países. As tarifas aplicadas foram determinadas em altos níveis, e as tarifas consolidadas em níveis ainda maiores, o que gerou preocupação de eventual aumento nas tarifas aplicadas, visto que as consolidadas são como o teto máximo das tarifas, e as aplicadas são as que de fato estão em vigor no mercado internacional (MITCHELL; MIELKE, 2005).

O Acordo de Agricultura obtido na Rodada Uruguai, teve como grande objetivo disciplinar os tipos de medidas de apoio doméstico para que o acesso aos mercados e a competitividade de exportações não fossem prejudicados, mas também de forma a possibilitar grande escopo de programas para que governos pudessem desenvolver seus respectivos setores agrícolas. Por fim, o valor agregado de suporte doméstico de medidas Amber Box estaria sujeito a um calendário compromissório de redução de subsídios e tarifas aplicados nestes tipos de programas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2017).

Foram reduzidos, então, subsídios de exportação de trigo por alguns membros, como os EUA e União Europeia. Porém, tais medidas foram mais atribuídas a questões orçamentárias do que em função do acordo da Rodada Uruguai. Muitos países também alcançaram os requisitos mínimos do acordo ao impor as chamadas quotas tarifárias, que ofereciam tarifas reduzidas para um volume específico da mercadoria em questão, que após a importação do volume estabelecido, as tarifas retornariam a um patamar maior original (MITCHELL; MIELKE, 2005).

No entanto, as menores tarifas ou mesmo isenção dessas, ocorreu mais frequentemente sob acordos regionais de livre comércio, como NAFTA e MERCOSUL. O

México, por exemplo, estabeleceu em 2001 uma quota tarifária de 605 mil toneladas para importação com tarifas de 50% e fora da quota, com tarifas de 67%, enquanto Canadá e EUA recebem tratamento preferencial continuamente com tarifa de 4,5% devido ao NAFTA. Consequentemente toda, ou a maioria, importação mexicana de trigo provém destes países (MITCHELL; MIELKE, 2005).

O mesmo fenômeno acontece no Brasil, que estabeleceu uma quota tarifária de 750 mil toneladas isentas de tarifas para importação anual no Acordo de Agricultura obtido após a rodada Uruguai, o que, no entanto, nunca foi posto em prática. O país importa grande parte de sua demanda da Argentina, devido à sua proximidade geográfica, que geram menores custos logísticos, e a isenção tarifária que ambos os países desfrutam pelo MERCOSUL, desde sua criação até os dias atuais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2003).

Durante os anos de 2000 e 2001, o comércio internacional, de trigo e derivados, ocorreu majoritariamente nas zonas de livre comércio. De todas as trocas internacionais destes produtos neste período, as quais foram realizadas nas zonas de livre comércio espalhadas pelo mundo representaram 23% para o trigo, 36% para farinhas de trigo, 50% para massas e 66% para produtos para panificação e confeitaria (MITCHELL; MIELKE, 2005).

A escalada tarifária foi uma prática comum após os acordos da rodada Uruguai, principalmente conforme aumenta o nível de processamento dos produtos. Durante os anos noventa, o Brasil foi o segundo maior importador de trigo mundial, tinha tarifa média na importação de trigo em 6,3%, enquanto na farinha de trigo a média ficou no patamar de 13,5%, nas massas foi de 18,5% e produtos de panificação e confeitaria ficou em 20,5%. Desta forma, as importações concentravam-se nos grãos e não em produtos derivados. Costa Rica, Egito e as Filipinas mostraram padrões semelhantes de escalada tarifária conforme maior nível de processamento (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Coreia do Sul, Japão, México e Quênia apresentaram padrões tarifários opostos aos mencionados anteriormente neste período pós Rodada Uruguai, que refletem uma forte proteção aos produtores locais e eventualmente processadores específicos, visto que as tarifas mais protecionistas se encontravam nos níveis acima da cadeia, nos produtos com maior nível de processamento industrial. Por exemplo, enquanto Quênia mantinha uma tarifa de importação de 35% no trigo, possuía uma de 25% para a farinha de trigo, massas e produtos de confeitaria. Já a Coreia do Sul, aplicava tarifas na importação do trigo muito menores que as aplicadas às farinhas de trigo, o que consequentemente determinou que quase não houvesse

importações de farinha de trigo, e muita importação do grão. Este comportamento tarifário reflete uma proteção à indústria moageira doméstica (MITCHELL; MIELKE, 2005).

Houve novos avanços nas negociações multilaterais realizadas no âmbito da OMC mais recentemente, com as conferências de Bali e Nairobi, de 2013 e 2015, respectivamente, em relação à diminuição das restrições às exportações e alcance de competitividade de exportações. Especialmente em 2015, quando foi anunciado o Pacote Nairobi, que contém quatro elementos principais: comprometimento dos Estados em aumentar a transparência na atuação das chamadas empresas comerciais estatais, ou em inglês *State Trading Enterprises (STE`s)*, em reduzir subsídios às exportações (marketing e transporte), aumentar transparência nos programas de crédito às exportações e uma estruturação melhor para os *food-aid packages*, doações de exportadores para países subdesenvolvidos, que podem ser usados como escoamento de excedentes. As regras entraram imediatamente em vigor para os países desenvolvidos, entrarão em três anos para os países em desenvolvimento e valerão em 2030 para os países subdesenvolvidos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2017).

A OCDE estima que a distorção total no comércio internacional de alimentos foi de 600 bilhões de dólares, somente em 2014. Desta forma, algumas previsões do Pacote Nairobi são promissoras para redução de danos e distorções no comércio internacional agrícola. Um exemplo disso pode ser observado em 2014, quando os EUA ofereceram 400 milhões de dólares em créditos de exportação para alavancar suas exportações para a Coreia do Sul, o terceiro maior mercado comprador de trigo da Austrália, que por sua vez é uma grande exportadora mundial. Sob as previsões do Pacote Nairobi, os EUA são condicionados a limitar seus créditos de exportação em um período de dezoito meses (GRAIN GROWERS, 2015).

3.2.5 A crise global de alimentos de 2007 e seus reflexos nas políticas comerciais nacionais desde então

A redução das barreiras ao comércio internacional agrícola, aliada aos processos de abertura e fortalecimento de grandes economias e populações como de Brasil, Rússia, China e Índia, contribuiu para que o fluxo das trocas internacionais, principalmente de *commodities*, aumentasse muito nos anos 2000. Razão para isso foi o aumento da demanda mundial de grãos decorrente do aumento da renda dos países em desenvolvimento e do poder de compra de suas populações. Segundo Matos et al (2008), o consumo mundial de alimentos como soja, arroz e trigo aumentou em 84,7%, 9,4% e 10,4%, respectivamente, de 1998 até

2008. Desta forma, houve aumentos nos preços das *commodities* agrícolas. Ainda segundo Matos et al (2008), mesmo com estes aumentos nos preços, eles não chegaram aos ápices registrados na década de setenta. Além disso, observaram que de 2000 a 2008, os preços das *commodities* agrícolas tiveram crescimentos equilibrados ano após ano, até que no ano de 2007 houve um crescimento de 23% nos preços em relação ao ano anterior, chegando aos patamares de trinta anos atrás (MAROUELLI, 2009).

Neste período se iniciou a crise mundial dos preços nos alimentos, com recorde de preços nas cotações de arroz, soja, trigo e milho, que causou preocupações globais em relação à segurança alimentar, principalmente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos importadores de alimentos.

A crise nos preços alimentares teve como causas, além dos fatores mencionados acima, a excessiva especulação nos mercados futuros de *commodities* e quebras de safra em grandes exportadores devido a condições climáticas desfavoráveis. Em decorrência da crise, países que dependiam de suprimento externo baixaram suas barreiras tarifárias às importações para reduzir o impacto dos altos preços. Pelo lado dos exportadores, muitos países impuseram barreiras, ou um mix de barreiras, às exportações, de forma a garantir o suprimento doméstico, o que sem dúvidas limitou ainda mais o acesso às *commodities* agrícolas internacionalmente, contribuindo para a manutenção das altas nos preços. O index de preços dos cereais atingiu em 2008 um ápice 2,8 vezes maior que em 2000, e até julho de 2010, esse index ainda estava em um ápice 1,9 vezes maior que em 2000 (NAÇÕES UNIDAS, 2011).

Nos anos de 2007 e 2008, a Argentina taxou as exportações de trigo em 28% (ao final de 2008 reduzida para 23%) e anunciou a necessidade de quotas mensais para exportação, ao mesmo tempo em que a China impôs tarifa de exportação em 20% para o trigo e 25% para farinha de trigo (ao final de 2008 reduzidas para 3% e 8% respectivamente) e a necessidade de licenciamento para acesso às quotas de exportação. A Índia já havia banido as exportações de trigo em 2007, enquanto a Rússia impôs tarifa de exportação de trigo em 10% em 2007, que subiu para 40% em 2008, além de banir as exportações do grão para Belarus e Cazaquistão, parceiros de união aduaneira, que se estendeu a um banimento geral até setembro de 2011 (SHARMA, 2011).

O governo argentino, em 2009, introduziu níveis mínimos de abastecimento interno para trigo e milho, e quando tais níveis fossem atingidos, as restrições para exportações seriam retiradas. Para isso, todos os exportadores teriam que ter registro junto ao governo, e caberia ao governo autorizar a operação comercial dependendo da necessidade interna em relação a abastecimento e níveis de preços. No ano seguinte, o governo decidiu

oferecer crédito subsidiado à indústria moageira do país, com a intenção de garantir o nível de preço pago pelo trigo aos produtores rurais, que pressionavam o governo a banir os impostos de exportação pelo prejuízo às suas rentabilidades (GLOBAL TRADE ALERT, 2017).

Em 2010, a Turquia abriu uma quota de importação de um milhão de toneladas trigo com isenção tarifária até o fim do ano seguinte. A União Europeia já havia suspendido as tarifas de importação de trigo de baixa e média qualidade em 2007 na crise global de alimentos, e voltou a suspender as tarifas em 2010, medida que se estendeu até dezembro de 2012 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2017).

Os Estados Unidos firmaram acordos de livre comércio para o trigo com Colômbia, Panamá e Coreia do Sul no ano de 2011 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2017).

Em 2012, a Argentina anunciou o fim das quotas de exportação, porém introduziu um novo plano que permitia a exportação de trigo somente após a produção atingir a marca de 7 milhões de toneladas, de forma a garantir o abastecimento interno e manutenção de preços, e posteriormente partir para a exportação. No ano seguinte, em julho de 2013, a Câmara de Comércio argentina autorizou o governo a banir as exportações de trigo através de uma resolução, com as mesmas preocupações internas. Durante os governos Kirschner, que duraram de 2003 a 2015, tais medidas protecionistas foram corriqueiras, com restrições às exportações e seguidas autorizações de quantidades definidas para exportação, medidas que no comércio internacional são consideradas distorcivas. Finalmente, em dezembro de 2014, o governo decidiu extinguir os impostos de exportação para o trigo, demanda de longa data dos produtores e exportadores locais (GLOBAL TRADE ALERT, 2017).

A liberalização das exportações de trigo argentino em vigor a partir de 2015 contribuiu para maior segurança brasileira em relação a seu suprimento interno do grão. Em 2013 e 2014, quando o fluxo de trigo argentino estava incerto, o Brasil isentou lotes de trigo proveniente de países que não são membros do MERCOSUL da taxação da TEC (Tarifa Externa Comum) de 10% para este produto. Em 2013, foram 3,3 milhões de toneladas autorizadas a serem importadas sem a incisão dos 10%, e no ano seguinte foi mais 1 milhão de toneladas, a fim de facilitar as condições de compra e suprimento interno por parte das indústrias (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2017).

3.3 A POSIÇÃO BRASILEIRA NA CADEIA GLOBAL DE VALOR DO TRIGO

O consumo de trigo pelo brasileiro tem uma previsão de crescimento na média 1,31% ao ano, segundo estimativa do MAPA. A produção da safra atual de 2016/17 prevista em 6,70 milhões de toneladas não foi suficiente para atender a demanda de 11,70 milhões de toneladas. Até a safra de 2018/19, a demanda interna de trigo é estimada para atingir 12,25 milhões de toneladas (MEDEIROS et al, 2017).

A produção brasileira de trigo não é suficiente para atender à demanda de consumo da população, principalmente devido à qualidade do grão, que em boa parte do montante produzido no país não apresenta as características que a indústria demanda (em especial a concentração de proteínas formadoras de glúten necessárias para panificação). Dessa forma, mesmo que a produção quantitativa atingisse o número total da demanda anual, ainda sim seria necessário importar trigo (MEDEIROS et al, 2017).

Outro fator essencial na análise da dependência brasileira da importação de trigo é a relação da capacidade de armazenagem e de escoamento do trigo produzido às regiões processadoras do grão. A região Sul produz cerca de 90% da produção nacional, porém a concentração da moagem industrial do grão é mais expressiva, além de no estado do Paraná, na região Nordeste do país. Desta forma, a obtenção da matéria prima (trigo) por parte da indústria moageira depende muito dos armazéns, fundamentais para formação de estoques adequados para suas necessidades de fluxo e demanda. Segundo estudo da CONAB (2017), a farinha produzida pelos moinhos brasileiros tem 90% de sua destinação para as indústrias de panificação, massas e biscoitos, e somente 10% é comercializado diretamente por canais de distribuição, o que mostra ainda mais a intensidade e importância da relação da indústria com os produtores (MEDEIROS et al, 2017).

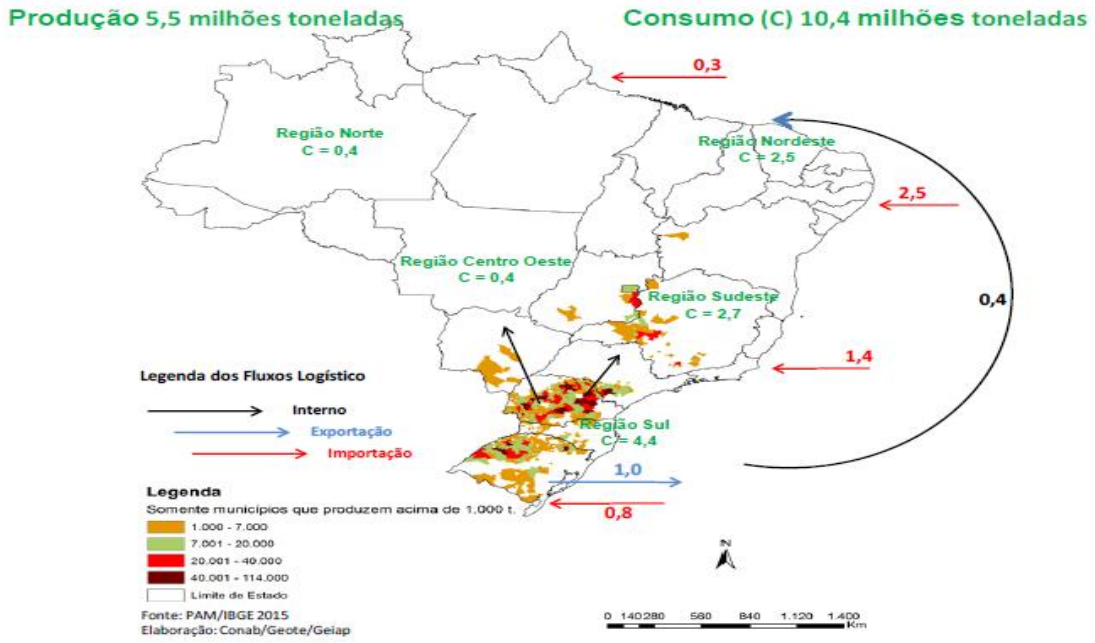
Tavares (2017) aborda a logística de escoamento como fator determinante para a perda de competitividade do grão nacional:

> Para o agronegócio do trigo, submetido a um cenário de acirrada concorrência com o produto originário do mercado externo, o tema “logística” se reveste de capital importância pela necessidade de adoção de medidas que reduzam seus custos e afetem as vantagens comparativas do grão produzido no país. Um dos fatores críticos que incide na competitividade do trigo no Brasil, sem dúvida, é o transporte, responsável pelo escoamento da *commodity* da zona de produção às unidades da Federação que demandam o produto para ser transformado em derivados destinados ao consumo humano e à ração animal (TAVARES, 2017, p. 124).

A deficiência nas malhas de transporte ferroviário e aquaviário no país também implica na perda de competitividade, visto que com a interiorização da produção agrícola, estes deveriam ser os principais meios de escoamento para as regiões consumidoras, devido a grande escala e menores custos fixos por movimentação. Porém, com a infraestrutura precária e altos custos, principalmente de cabotagem (transporte de mercadoria entre portos nacionais), o escoamento da produção de trigo para as regiões processadoras e consumidoras é falho. Segundo dados da ANTAQ, o transporte de cabotagem de trigo no Brasil no ano de 2014 foi de 482 mil toneladas, o que representa somente 0,3% do total das mercadorias deslocadas. O transporte ferroviário também se encontra com foco no escoamento de exportações de *commodities* como minério de ferro/carvão (77%). Além disso, o Brasil possui somente 29 mil km de malha ferroviária, enquanto a Índia detém 63 mil km, a China 77 mil km e a Rússia 87 mil km (TAVARES, 2017).

De forma a ilustrar a relação de suprimento doméstico com a importação de trigo pelo Brasil, tomou-se a safra 2015/16, já encerrada, como base de análise. Foram produzidas 5,54 milhões de toneladas, enquanto a demanda da indústria ficou em 10,37 milhões, o que sugere a necessidade de importar 4,83 milhões de toneladas. No entanto, foram importadas mais de 5,51 toneladas de trigo e observou-se a exportação de cerca de 1 milhão de toneladas de trigo pelo Rio Grande do Sul, excedente produtivo de baixa qualidade sem aceitabilidade da indústria moageira interna (TAVARES, 2017).

Figura 4 - Logística de escoamento da produção de trigo – safra 2015/16



Fonte: IBGE apud Tavares (2016).

Na figura 4, é possível identificar as regiões produtoras, o consumo de cada região do país, assim como o fluxo logístico para o suprimento de suas demandas. Nota-se que a região Nordeste importa quase a metade de todas as importações brasileiras de trigo, muito em função da dificuldade do escoamento da produção da região Sul e da vantagem comparativa de importar trigo da Argentina ao invés de transportar dos portos da região do sul do país. O custo do transporte de cabotagem entre o porto de Rio Grande até o de Fortaleza foi maior em até 80% do que o custo de trazer o trigo do porto de Buenos Aires até Fortaleza.

A importação de trigo pelo Brasil nessa safra veio da Argentina em sua maioria, representando 80% das importações e cerca de 40% do suprimento da demanda interna brasileira. Países como Paraguai, Uruguai, EUA e, em menor frequência e por características de qualidade específica do produto, o Canadá são outros fornecedores do grão para nosso país (TAVARES, 2017).

Argentina, Paraguai e Uruguai são parceiros do Brasil no MERCOSUL e assim tem isenção tarifária para importação. Já os EUA e Canadá têm seus embarques de trigo taxados na entrada no Brasil em 10% como tarifa da TEC (Tarifa Externa Comum) usada pelos países do MERCOSUL para com terceiros.

A dependência das importações da Argentina fez com que a ABITRIGO solicitasse à CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) do Brasil para que a quota tarifária de 750 mil toneladas de trigo isentas da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL, estabelecidas na OMC, fossem aplicadas, visto que na prática isso não acontece. Pede-se a isenção tarifária dessa quota para o período de entressafra, que vai de janeiro a abril, quando Minas Gerais inicia a colheita. Na região Sul, onde a produção é muito maior e mais concentrada, a entressafra vai de janeiro a julho. A associação busca aumentar a competição com o trigo que vem da Argentina e entra sem tarifa, diminuindo o poder competitivo dos moinhos que produzem no Brasil e proporcionando a este país uma grande capacidade de determinar preço. Pretende-se, portanto, ampliar as importações dos Estados Unidos e Canadá (VALOR ECONÔMICO, 2017).

Já as exportações de trigo brasileiro normalmente seguem para países importadores tradicionais como Argélia, Coreia do Sul, Indonésia e Vietnã (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO, 2017).

A tabela 6 resume os números de consumo, demanda, produção, importação e exportação de trigo pelo Brasil:

Tabela 6 - Suprimento e uso de trigo em grão no Brasil

SUPRIMENTO E USO DE TRIGO EM GRÃO NO BRASIL (mil toneladas)									
ANO SAFRA: AGOSTO-JULHO									
SAFRA	ESTOQUE INICIAL (01 AGO)	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO GRAOS	SUPRIMENTO	EXPORTAÇÃO GRAOS	CONSUMO			ESTOQUE FINAL (31 JUL)
						MOAGEM INDUSTRIAL	SEMENTES (1)	TOTAL	
2011/12	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	1.901,0	9.820,0	324,9	10.144,9	1.956,1
2012/13	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	1.683,9	9.850,0	284,3	10.134,3	1.527,6
2013/14	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	47,4	11.050,0	331,5	11.381,5	2.268,9
2014/15	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	1.680,5	10.300,0	413,7	10.713,7	1.174,6
2015/16	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	1.050,5	10.000,0	367,3	10.367,3	809,3
2016/17 (1)	809,3	6.726,8	5.950,0	13.486,1	700,0	10.400,0	317,3	10.717,3	2.068,8

Fonte: Conab, MDIC 05/01/2017
(1) Estimativa

Além do fluxo do trigo, existe também, em menor escala, o fluxo de comércio internacional da farinha do trigo, que é um derivado com maior valor agregado. O *International Grain Council* (IGC) previu, no início de 2017, que para o ano safra 2016/17 o volume de farinha de trigo comercializado internacionalmente representará um recorde e alcançará a marca de 15,5 milhões de toneladas, volume 23% maior que o registrado na safra de 2012/13. Como já mencionado nessa pesquisa, o volume de trigo em grãos comercializado internacionalmente na safra atual de 2016/17 é de 178,77 milhões de toneladas. Ou seja, o volume de farinha de trigo representa cerca de 8,70% do volume de trigo comercializado. O que leva à conclusão que a cadeia de valor de trigo tem direcionamento maior para o consumo interno do que para o mercado internacional (WORLD GRAINS, 2017).

O Brasil, como no caso do grão do trigo, também importa muito mais farinha do que exporta, muito em função da qualidade e especificidades de uso de farinhas. O volume de importação, no entanto, vem caindo nos últimos anos. Dados da Associação Brasileira das Indústrias do Trigo (2017) mostram que em 2012 o Brasil importou 656 mil toneladas de farinha de trigo, enquanto em 2016 o total foi de 386 mil toneladas. Do lado da exportação, o fluxo é o contrário e o volume das remessas aumentou de 2012, quando exportou somente 758 toneladas de farinha para chegar ao número de 3,16 mil toneladas. Apesar do crescimento, o volume ainda é muito pequeno em relação ao volume importado.

No último estágio da cadeia, estão os produtos produzidos a partir da farinha de trigo, que são as massas alimentícias, biscoitos, pães e bolos. Segundo dados da ABIMAPI (Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados), tanto o volume de vendas domésticas de produtos derivados, como o de importações e exportações vem caindo desde 2012.

As vendas domésticas de biscoitos, massas alimentícias, pães e bolos em 2012 totalizaram um volume de 3,77 milhões de toneladas, enquanto em 2016 foi registrado total de 3,39 milhões. No comércio internacional, mesmo o volume tendo caído nesse mesmo período, é interessante observar que o Brasil exporta mais produtos derivados da farinha de trigo do que importa. Em 2012, o Brasil exportou 59,6 mil toneladas de produtos derivados, enquanto importou somente 45,3 mil toneladas. Já em 2016, o volume exportado caiu para 56,4 mil toneladas, assim como o volume importado caiu para 34,1 mil toneladas. As exportações brasileiras desses produtos seguem com maior frequência e volume para países da América do Sul, como Venezuela (maior destinatário de 2016), Uruguai, Paraguai e Bolívia, mas também para países como Angola e EUA. As importações desses produtos tem origem predominante da Itália, principalmente nas massas alimentícias, e outros países como Polônia e EUA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE BISCOITOS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PÃES & BOLOS INDUSTRIALIZADOS, 2017).

Verifica-se, então, que o volume de vendas internacionais de produtos derivados do Brasil representou em 2016 somente 1,6% das vendas domésticas, enquanto os produtos importados representam 1%. Assim, conclui-se que o mercado desses produtos é muito mais concentrado no consumo interno, mas vem desempenhando um papel melhor que o grão e a farinha de trigo na balança comercial brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das características e tendências da cadeia global de valor do trigo feitas nessa pesquisa mostrou que a mesma envolve atores diferenciados, como os Estados produtores, consumidores, importadores e exportadores com suas diferentes políticas comerciais. Destaca-se a atuação das empresas transnacionais e suas intensificações nas atuações globais e de diferentes setores da cadeia, além de órgãos multilaterais de negociação, que compõem uma gama de atividades simultâneas em prol de maior competitividade, que acabam por gerar certa instabilidade e incerteza em relação ao acesso e aos preços internacionais do trigo por parte de produtores domésticos.

Mostrou-se a importância do trigo como alimento. Como segundo grão mais produzido no mundo, é alimento essencial à segurança alimentar dos países e suas populações, mas possui uma dinâmica de produção e distribuição global que se alteraram ao longo do processo de globalização da produção econômica e do desenvolvimento tecnológico.

A evolução dos regimes alimentares mostrou que hoje o mercado internacional de trigo é muito mais complexo que nos dois primeiros regimes. O caso do Brasil mostra perfeitamente como uma transição brusca de uma cadeia anteriormente controlada exclusivamente pelo poder público, para uma nova versão totalmente liberal e com maior protagonismo do setor privado, pode causar impactos determinantes no desenvolvimento do setor em questão no país. Como foi abordada na pesquisa, a liberalização do setor monopolizado pelo Estado até a década de noventa, para um setor de competitividade liberal, sem políticas de transição ocasionou grande defasagem tecnológica e perda de competitividade para a produção doméstica, visto que a concorrência estrangeira dominou grande parte do mercado, com quebra de muitos produtores e moinhos nacionais. Tal disparidade vem sendo diminuída pelo trabalho de instituições como a ABITRIGO e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que aproximam os diversos atores da cadeia, como produtores e indústria, em prol do desenvolvimento geral desde então.

Posteriormente, foram apresentadas as implicações das políticas comerciais dos países para o funcionamento da cadeia como um todo, sendo políticas liberais ou restritivas, reflexos são sempre sentidos por algum elo da cadeia. Desde os programas de apoio à produção doméstica e subsídios às exportações que causam distorção nos preços praticados internacionalmente, medidas paliativas aplicadas pelos países de forma a proteger seus mercados internos em épocas de redução de estoques mundiais, até os acordos regionais de

comércio que facilitam o fluxo entre parceiros e acordos multilaterais firmados de forma a diminuir as disparidades no comércio agrícola internacional.

Importante ressaltar o Pacote Nairobi, que, após o Acordo de Agricultura da década de noventa que visou reduzir principalmente as tarifas, traz novas regulamentações a fim de diminuir a concentração da produção e exportação de alimentos de países que se posicionam dessa forma no sistema internacional com utilização de muitos subsídios. Esse pacote tenta abolir, especialmente, os subsídios para exportação, o que poderá reduzir a distorção dos preços internacionais, baseados nos grandes centros exportadores, e aumentar a competividade dos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos. Somente com maior clareza, liberalização e práticas justas entre os países, o mercado internacional como um todo terá maior estabilidade e acessibilidade, reduzindo a incerteza que leva à aplicação políticas comerciais restritivas.

O Brasil, apesar de ser uma grande potência do agronegócio, se encontra como um dos grandes importadores na cadeia global de valor do trigo desde a década de noventa. No comércio internacional de farinhas, nível da cadeia que envolve menor volume de trocas comerciais internacionais, o Brasil também importa mais do que exporta. Em relação aos produtos derivados, como massas, biscoitos e pães, o Brasil tem um superávit na balança comercial ao exportar mais do que importa, mas o volume desse segmento é bem menor comparado ao de trigo. As razões para tal posicionamento partem principalmente por fatores de políticas internas, como de precária infraestrutura para escoamento da produção, altos custos e falta de uma agenda de desenvolvimento da cadeia.

Tal posicionamento traz vulnerabilidade ao país e enfraquecimento da cadeia interna, visto que o Brasil acaba ficando à mercê de fatores externos para garantir o suprimento da demanda interna de trigo. Um desses fatores é a aplicação de medidas de política comercial dos países envolvidos na cadeia do trigo. De forma direta, o país é afetado por políticas de países que fornecem trigo, como é o caso da Argentina. Apesar de tradicional parceiro, durante os governos Kirschner, houve muitos momentos de restrição às exportações e, consequentemente, ao suprimento de trigo ao Brasil, que então teve de comprar de outras origens, com preços mais altos, refletidos nos preços internos, ou até mesmo sendo obrigado a isentar da TEC trigo de origem fora do MERCOSUL, como observado em 2013 e 2014. A partir de 2015, com a liberalização e extinção dos impostos e quotas de exportação argentinas, o Brasil tem acesso garantido ao mercado vizinho, que aumentou suas remessas de trigo ao Brasil e deve continuar aumentando nos próximos anos devido ao incentivo de desenvolvimento tecnológico à produção daquele país, que tende a aumentar seu papel como

exportador mundial de trigo. Isso causa um desestímulo ao desenvolvimento da cadeia local, visto que as indústrias prezam pela qualidade e menor preço.

Portanto, as políticas contrárias ao livre comércio internacional, que visam a proteção de mercados internos, ilustrado pelo caso argentino durante os governos Kirschner, comprometem o funcionamento da cadeia de valor e o acesso a mercadorias, no caso, o acesso a um dos alimentos mais básicos do cotidiano humano. Havendo um perfeito funcionamento do MERCOSUL, uma estabilidade institucional, respaldo às regulamentações acordadas, consequentemente diminui-se muito a incerteza do suprimento interno, o que ocasiona maior estabilidade dos preços tanto da matéria prima quanto de produtos derivados ao consumidor final.

Além disso, indiretamente, como o país não é um dos principais produtores mundiais, a precificação do produto se dá internacionalmente, com base na Argentina e EUA, seus fornecedores tradicionais. Sendo assim, aliado aos altos custos provenientes da produção no Brasil, o país ainda fica exposto ao câmbio, que em períodos de instabilidade política, é muito incerto e prejudica o planejamento da produção interna de farinha e outros produtos que exigem maior processamento.

Conclui-se que o país deve se voltar às incompatibilidades entre o trigo produzido no país às exigências da indústria, mas isso requer maior atratividade ao produtor, para que a produção brasileira se desenvolva em níveis qualitativos para diminuir a dependência de importações. Isso não significa que o país deva se fechar e desenvolver uma política de substituição de importações, mas sim de diminuir custos de sua produção interna e agregar valor, o que traria maior estabilidade na cadeia. Além disso, é extremamente necessário o desenvolvimento logístico de escoamento e de infraestrutura de armazenagem para o trigo no país. Isso demanda aproximação e convergência entre os setores público e privado. O consumo de trigo tende a aumentar continuamente nos próximos anos, cabe ao país decidir se aumentará ou diminuirá sua dependência e vulnerabilidade externa no seu posicionamento na cadeia global de valor do trigo.

O estudo da cadeia global de valor do trigo mostra que o estímulo à abertura de mercados via organismos multilaterais, além da melhoria das condições produtivas no Brasil, farão com que o país fortaleça a sua posição em estágios mais avançados da cadeia de valor. Mesmo que o país mantenha-se como importador de trigo, deverá desenvolver fatores de estímulo para o aumento da produção interna de produtos de maior valor agregado.

REFERÊNCIAS

AHMED, G.; HAMRICK, D.; GEREFFI, G. **Shifting governance structures in the wheat value chain: Implications for food security in the Middle East and North Africa.** 2014. Center on Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC). Duke University. Disponível em: <http://europa.uniroma3.it/centrorossidoria/docs/public/Ahmed_Hamrick_Gereffi_150914.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **Acordos Comerciais**. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Servicos-Acordos-Comerciais>. Acesso em: 09 mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE BISCOITOS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PÃES & BOLOS INDUSTRIALIZADOS. **Estatísticas – Geral.** Disponível em: <https://abimapi.com.br/estatistica-geral.php>. Acesso em: 06 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE BISCOITOS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PÃES & BOLOS INDUSTRIALIZADOS. **Estatísticas – Massas alimentícias.** Disponível em: <https://abimapi.com.br/estatistica-massas.php>. Acesso em: 06 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE BISCOITOS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PÃES & BOLOS INDUSTRIALIZADOS. **Estatísticas – Pães e Bolos.** Disponível em: <https://abimapi.com.br/estatistica-paes-bolos.php>. Acesso em: 06 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Estatísticas – Produção Mundial de Trigo 2013-2017**. Disponível em: <http://abitrigo.com.br/associados/arquivos/05.prod_trigo.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **O Trigo na História.** Há 10 mil anos na historia da humanidade. 2016. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/trigo-na-historia.php> . Acesso em: 01 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **O que é o trigo?** 2016. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/trigo.php> . Acesso em: 01 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Brasil: Importação de Trigo 2017 (por país).** 2017. Disponível em: <http://abitrigo.com.br/associados/arquivos/importacao_trigo.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Estimativa de moinhos em atividade no Brasil 2016.** 2017. Disponível em: <http://abitrigo.com.br/associados/arquivos/01.est_moinhos_ativ_br.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Brasil: Exportação de Trigo 2017 (por país).** 2017. Disponível em: <http://abitrigo.com.br/associados/arquivos/exportacao_trigo.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Brasil: Exportação de Farinha de Trigo 2017 (por país).** 2017. Disponível em: <http://abitrigo.com.br/associados/arquivos/exportacao_farinha.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO TRIGO. **Brasil: Importação de Farinha de Trigo 2017 (por país).** 2017. Disponível em: <http://abitrigo.com.br/associados/arquivos/importacao_farinha.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BALDWIN, Richard. Global Supply Chains: Why they emerged, why they matter, and where they are going. 2012. 35 p. **Global Supply Chain Initiative (CTEI Working Papers).** The Graduate Institute - Centre for Trade and Economic Integration,Genebra, 2012. Disponível em:<http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/ctei/shared/CTEI/working_papers/CTEI-2012-13.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

BALDWIN, Richard. **Unilateral Tariff Liberasation**. 2010. 44 p. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH (Working Paper 16600) - Cambridge, Cambridge, 2010. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16600.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BENAYON, A. **Globalização versus desenvolvimento**. Brasília: LGE, 1998.

BONATO, Adriana Breier. **Cláusula da Nação Mais Favorecida**: Um estudo sobre as principais controvérsias que envolvem o ambito da OMC. 2009. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito)- PUCRS, Porto Alegre, 2009. Disponível em:<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_2/adriana_bonato.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CARNEIRO, Flavio. **Fragmentação Internacional da Produção e as Cadeias Globais de Valor**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4376/1/td_2097.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CARNEIRO, Flavio. **Medidas não tarifárias como instrumento de Política Comercial: conceito, importância e evidencias recentes de seu uso no Brasil**. IPEA. Boletim de Economia e Política Internacional. N° 19. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5197/1/BEPI_n19_Medidas.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Trigo. Conjuntura Semanal. Período de 12 a 16/09//2016.** Set. 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_09_21_09_37_51_trigo_-_semana_-_12_a_16.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: UNESP, 2005. 319 p.

FERREIRA, Jonatan Dias; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. As cadeias globais de valor e a inserção da indústria brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, p. 106-107, set. 2015. Disponível em:<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/3012/2425>. Acesso em: 01 nov. 2016.

FERREIRA, Venilson. **Importação brasileira de trigo cresceu 33% em 2016**. Revista Globo Rural. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Trigo/noticia/2017/01/importacao-brasileira-de-trigo-cresceu-33-em-2016.html>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FRIEDMANN, H. ; McMICHAEL, P. **Agriculture and State System.** The rise and decline of nationals agriculture from 1870 to the present. Sociologia Ruralis, v.29, n.2, p.93-117, 1989. Disponível em: <https://devsoc.cals.cornell.edu/sites/devsoc.cals.cornell.edu/files/shared/documents/agriculture%20and%20the%20state%20system-pdf.pdf> Acesso em: 27 abr. 2017.

GEREFFI, Gary; FERNANDEZ-STARK; Karina. **Global Value Chain Analysis: A Primer**. 2011. Center on Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC). Duke University. Disponível em:< http://www.cggc.duke.edu/pdfs/2011-05-31_GVC_analysis_a_primer.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

GERHADT, Tatiane; SILVEIRA, Denise (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 114 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 175 p.

GLOBAL TRADE ALERT. **Argentina: Mandatory domestic Supply levels & export registration requirements.** Mai. 2010. Disponível em: <http://www.globaltradealert.org/measure/argentina-mandatory-domestic-supply-levels-export-registration-requirements>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GLOBAL TRADE ALERT. **Argentina: Subsidy for wheat producers.** Jan. 2010. Disponível em: <http://www.globaltradealert.org/measure/argentina-subsidy-wheat-producers>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GLOBAL TRADE ALERT. **Argentina: Argentina eliminates several export taxes on several agricultural products as well as reduces export taxes on soybean.** Dec. 2015. Disponível em: <http://www.globaltradealert.org/measure/argentina-argentina-eliminates-export-taxes-several-agricultural-products-well-reduces-expor>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GLOBAL TRADE ALERT. **Argentina: Argentina eliminates several export taxes on several agricultural products as well as reduces export taxes on soybean.** Dec. 2015. Disponível em: <http://www.globaltradealert.org/measure/argentina-argentina-eliminates-export-taxes-several-agricultural-products-well-reduces-expor>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GRAIN GROWERS. **Nairobi Package an important step in the right direction**. Disponível em: <http://www.graingrowers.com.au/media-centre/news/632-nairobi-package-an-important-step-in-the-right-direction>. Acesso em: 23 abr. 2017.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Globalization/Anti-Globalization**: Beyond the great divide. 2a. ed. Cambridge: Polity Press, 2007. 271 p.

JÚNIOR, Celso de Jesus; et al. **Panorama das importações de trigo no Brasil**. BNDES Setorial. Agroindústria. N° 34. P. 389-420. 2011. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1602/1/A%20BS%2034%20Panorama%20da

s%20importa%C3%A7%C3%B5es%20de%20trigo%20no%20Brasil_P.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

KOWALSKI, P. et al. **Participation of Developing Countries in Global Value Chains: Implications for Trade and Trade-Related Policies**. OECD Trade Policy Papers, No. 179, OECD Publishing, Paris, 2015. Disponível em: < https://www.die-gdi.de/uploads/media/OECD_Trade_Policy_Papers_179.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **O que são multinacionais**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 113 p.

LEITÃO, F. P. **Política comercial e proteção tarifária: uma análise comparativa entre a alíquota legal e a alíquota verdadeira**. 2013. 124 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12376>. Acesso em: 09 mar. 2017.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: estado nacional e espaço mundial**. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2003. 128 p.

MAROUELLI, Rodrigo Pedrosa. **Crise mundial nos preços dos alimentos: oportunidades e desafios para a agricultura brasileira.** Brasília UnB. 40 p. Monografia Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2009. Disponível em: <http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/rodrigomarouelli2.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MATOS, A. M; et al. **A Elevação dos Preços das Commodities Agrícolas e a Questão da Agroenergia**. IEA, Informações Econômicas, SP, v. 38, n.9, Set. 2008.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Tratados internacionais**: **(com comentários à convenção de Viena de 1969)**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: J. de Oliveira, 2004. 527 p.

MEDEIROS, Carla Teles Magoga et al. Parte III - Abastecimento, armazenamento e logística. 22. Trigo: indicadores de produção, armazenagem e dados de moagem. In: CONAB. **A Cultura do Trigo.** Brasília: CONAB, 2017. p.117-122. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_05_03_16_09_46_a_cultura_do_trigo_versao_digital_nova_logo.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. **Handbook of new institutional economics**. Berlin: Springer, 2008.

MITCHEL, Donald O.; MIELKE, Myles. Wheat: the global Market, policies, and priorities. In: AKSOY, M. Ataman; BEGHIN, John C. **Global Agricultural Trade and Developing Countries.** Washington, DC: World Bank, 2005. p.195-214. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTGAT/Resources/GATChapter11.pdf> Acesso em: 05 mar. 2017.

MURPHY, Sophia; BURCH, David; CLAPP, Jennifer. **Cereal Secrets: The World`s Largest Grain Traders and Global Agriculture.** Oxford, UK. OXFAM. 2012. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-cereal-secrets-grain-traders-agriculture-30082012-en.pdf >. Acesso em: 03 abr. 2017.

NAÇÕES UNIDAS, 2011. **The Global Social Crisis: Report on the World Social Situation 2011. Chapter Four: The Global Food Crisis**. p. 61-74. United Nations

Publications, 2011. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/rwss/docs/2011/chapter4.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

NORTH, D.C. (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Trade Policy Implications of Global Value Chains**. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/tad/trade-policy-implications-gvc.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **WTO Agreement on Agriculture: The implementation experience – Developing Country Case Studies.** Commodity Policy and Projections Service. Rome 2003. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/005/y4632e/y4632e00.htm#Contents>. Acesso em: 30 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Commodity Policy Developments.** Disponível em: <http://www.fao.org/economic/est/est-commodities/commodity-policy-archive/en/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Commodity Policy Developments.** Brazil. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/est/est-commodities/commodity-policy-archive/detail/en/c/548553/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Commodity Policy Developments.** Brazil. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/est/est-commodities/commodity-policy-archive/detail/en/c/1343/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Commodity Policy Developments.** Brazil. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/est/est-commodities/commodity-policy-archive/detail/en/c/1342/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Commodity Policy Developments.** Turkey. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/est/est-commodities/commodity-policy-archive/detail/en/c/796/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Commodity Policy Developments.** European Union. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/est/est-commodities/commodity-policy-archive/detail/en/c/704/>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Trade Facilitation**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tradfa_e/tradfa_e.htm>. Acesso em 09 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Nairobi Ministerial Declaration.** Dec. 2015. Disponível em:

<https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc10_e/mindecision_e.htm>. Acesso em: 24 abr.2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agriculture: Explanation. Domestic Support.** 2017. Disponivel em: < https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/ag_intro03_domestic_e.htm>. Acesso em: 24 abr.2017.

PARK, A.; NAYYAR, G.; LOW, P. **Supply chain perspectives and issues**: a literature review. Geneva: OMC; Hong Kong: Fung Global Institute, 2013.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. [3]-22, dez. 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Universidade do Texas: Record, 2000. 174 p.

SARQUIS, JOSÉ BUAINAIN SARQUIS. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Brasília: FUNAG, 2011. 248 p.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHUBERT, Maicon; ESCHER, Fabiano. **Regimes Agroalimentares e o Lugar da Agricultura Familiar – Uma Apresentação ao Debate**. Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151166/001009891.pdf?sequence=1>. Acess o em: 27maio 2017.

SCHOLTE, Jan Aart. **What Is Globalization?** : The Definitional Issue – Again. 2002. 34 p. CSGR Working Paper No. 109/02(Department of Politics and International Studies)- University of Warwick , United Kingdom, 2002. Disponível em:<http://wrap.warwick.ac.uk/2010/1/WRAP_Scholte_wp10902.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

SHARMA, Ramesh. **Food Export Restrictions: Review of the 2007-2010 Experience and Considerations for Disciplining Restrictive Measures**. Mai 2011. FAO COMMODITY AND TRADE POLICY RESEARCH WORKING PAPER No. 32. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/est/PUBLICATIONS/Comm_Working_Papers/EST-WP32.pdf>. Acesso em: 15 abr.2017.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 2 v.

TAVARES, Carlos Eduardo C. Parte III - Abastecimento, armazenamento e logística. A logística do trigo no Brasil. In: CONAB. **A Cultura do Trigo.** Brasília: CONAB, 2017. p.123-146. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_05_03_16_09_46_a_cultura_do_trigo_versao_digital_nova_logo.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

THORSTENSEN, Vera et al. **Acordos Preferenciais de Comércio: da multiplicação de novas regras aos mega-acordos comerciais**. 2014. 32 p. Artigo (CCGI-Centro do Comércio Global e Investimento da EESP) - FGV, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16371/Regras-APCs%20e%20Megas-23.05.14.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2016.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Grain: World Markets and Trade.** Mai. 2017. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/grain.pdf>. Acesso em: 24 abr.2017.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **World Agricultural Supply and Estimates.** Mai. 2017. Disponível em: <https://www.usda.gov/oce/commodity/wasde/latest.pdf>. Acesso em: 24 abr.2017.

VALOR ECONÔMICO. **Egito revoga medida de tolerância zero para trigo com fungo**. Set. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4717815/egito-revoga-medida-de-tolerancia-zero-para-trigo-com-fungo>. Acesso em: 24 abr. 2017.

VALOR ECONÔMICO. **Moinho quer trigo de fora do Mercosul sem TEC**. Fev. 2017. Disponível em: < http://www.valor.com.br/agro/4872704/moinho-quer-trigo-de-fora-do-mercosul-sem-tec>. Acesso em: 24 abr. 2017.

WORLD GRAIN. **Flour exports to reach record high.** Jan. 2017. Disponível em: <http://www.world-grain.com/articles/news_home/World_Grain_News/2017/01/Flour_exports_expected_to_reac.aspx?ID=%7B6E7E5C38-278B-4412-BDB9-4B9BAB14D15C%7D>. Acesso em: 06 jun. 2017.